



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 061

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 061**

### **58ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 03**

**Presenças:..... 03**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Ata de Posse..... 03

Ofícios..... 03

Proposta de Emenda Constitucional 04

Resposta à Questão de Ordem ..... 05

Indicações ..... 06

Requerimentos ..... 07

Projeto de Resolução ..... 13

Projetos de Lei ..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Reni Pereira..... 15

Dep. Antonio Belinati..... 16

Dep. Chico Noroeste..... 17

Dep. Felipe Lucas ..... 18

Dep. Professor Lemos..... 19

Dep. Ney Leprevost ..... 19

Dep. Mário Roque ..... 22

#### **Grande Expediente:**

Dep. Neivo Beraldin ..... 23

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 16

Dep. Ney Leprevost ..... 20

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto..... 25

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch..... 26

Liderança do PDT

Dep. Fernando Scanavaca..... 27

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva..... 27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 28

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 30

Discussão/Votação

Redação Final ..... 32

2ª Discussão ..... 32

1ª Discussão ..... 35

Discussão Única (Proposição) ... 42

Requerimentos ..... 46

#### **Encerramento da Sessão ..... 47**

#### **Publicações:**

Ata de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 47

Tomada de Contas..... 47

Finanças ..... 48

**DIÁRIO Nº 061****58ª SESSÃO ORDINÁRIA****3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE JUNHO DE 2009***(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ata de Posse:****ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL**

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e nove, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, convidou o Sr. Mário Roque, para assumir a cadeira de Deputado Estadual, na vaga deixada com a renúncia do Deputado Fernando Carli Filho. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Mário Roque para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem estar do nosso Estado.” Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Mário Roque e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Salas das Sessões, em 09/06/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ABIB MIGUEL - Diretor Geral

MÁRIO ROQUE - Deputado Estadual

**Ofícios:**

Sob o nº CEE/CC nº 2066/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, solicitando a restituição da Mensagem nº 030/09, para a reanálise da matéria pelos órgãos competentes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 1987/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou o projeto de lei. **Anote-se - Arquite-se.**

378/07: De autoria do Deputado Ney Leprevost que, dispõe que será cassada e eficácia da inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes do ICMS, dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas, o qual convertido em lei tomou o nº 16127. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 056/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 115/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° 337 - DG do Sr. Luiz Carlos Giublin Junior, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Rosane Ferreira, Antonio Belinati, Beti Pavin, Ademar Traiano, Fernando Carli Filho e Luciana Rafagnin, que solicitam esclarecimentos sobre “As ações que o Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, está tomando para estruturação do Quadro Funcional da Carreira da Defensoria Pública.” **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o n° CEE/CC n° 1971/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Plauto Miró, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi e Durval Amaral, que solicitam esclarecimentos sobre “os repasses do Sistema Financeiro Imobiliário - SFI e do Sistema Financeiro da Habitação - SFH”. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o n° CEE/CC n° 1967/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre “o chamamento Público à pré-qualificação para o credenciamento 01/09 para contratação de emissoras de TV pelo Governo do Estado”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Ofício n° 198/09

Curitiba, em 09/06/09.

Senhor Presidente:

Através deste, comunicamos a V. Exa. que em função de compromissos públicos assumidos, na manhã de quarta-feira (10/06) não será possível nosso comparecimento à Sessão Plenária, razão pela qual esperamos a compreensão da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Sem mais para o momento, aproveitamos para externar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

(a) FERNANDO SCANAVACA

Ofício s/n°

Curitiba, em 09/06/09.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, solicitam de V. Exa. que seja mantido o Bloco Parlamentar PSB/PRB/PV, conforme dispõe o artigo 12 do Regimento Interno, tendo em vista que mantêm o número mínimo exigido, até que seja julgado pelo Poder Judiciário em definitivo sobre a questão da suplência aberta com a renúncia do Sr. Fernando Carli Filho.

Informamos ainda, que o ilustre Deputado Reni Pereira, responderá pela Liderança do Bloco.

Sem mais para o momento, agradecemos à atenção dispensada.

(aa) RENI PEREIRA  
PASTOR EDSON PRACZYK  
ROSANE FERREIRA

## Proposta de Emenda

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O inciso II do artigo 179 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 179...

II - ensino médio obrigatório e gratuito, com duração mínima de 03 (três) anos, inclusive para jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso.”

Art. 2° Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoioamento:

Péricles de Mello, Elio Rusch, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Artagão Júnior, Stephanes Júnior, Felipe Lucas, Rosane Ferreira, Antonio Belinati, Reni Pereira, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Durval Amaral, Pedro Ivo, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Jonas Guimarães, Cida Borghetti, Fernando Scanavaca, Teruo Kato, Luiz Fernandes Litro, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Mário Roque, Luiz Carlos Martins, Dr. Batista, Luiz Nishimori e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná vem ao encontro de uma tendência mundial e de uma necessidade urgente de nosso País no sentido de construir um projeto de nação, onde a educação seja elemento central e indispensável.

Boa parte do mundo, incluindo os vizinhos Argentina e Chile, já tem 12 anos de ensino obrigatório. A Argentina aprovou uma lei que obriga a oferta de ensino médio a todos os estudantes e está regulamentando o processo agora. Juan Tedesco, Ministro de Educação da Argentina, insiste que as novas regras significam mudanças para todo o País. “Essa decisão implica mudanças profundas na sociedade e ele precisa decidir assumi-las. O fracasso escolar, por exemplo, deixa de ser um problema só do aluno e passa a ser do sistema; o Governo terá de pensar em ajudar as famílias para que elas deixem os filhos irem para a escola em vez de trabalhar”.

A educação básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Esta finalidade deve ser desenvolvida pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica

para o trabalho e a cidadania do educando”, a ser desenvolvida por currículo, que deverá destacar a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (artigo 36).

Tais objetivos, no entanto, não se concretizam quando, além das questões da qualidade do ensino, temos mais da metade dos jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. Estabelecer a obrigatoriedade do ensino médio é um ponto de partida em direção à universalização da educação básica. Um instrumento de luta para a melhoria da qualidade da educação e para a garantia de um direito social indispensável para o desenvolvimento de nosso Estado e do País.

## **Resposta à Questão de Ordem:**

### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Nº de Registro: CDI-0001/09-01-02-05-08-COPELEGIS

Nº de Registro: CDI-0002/09-01-02-05-08-COPELEGIS

Ref.

Resposta à Questão de Ordem formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto, Protocolo de Plenário nº 002423-26/05/09, Protocolo Geral nº 6919 de 26/05/09.

Ref.

Resposta à Questão de Ordem formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, Protocolo de Plenário nº 002454-25/05/09, Protocolo Geral nº 6915 de 26/05/09.

Conclusão:

Pelo acatamento da Questão de Ordem formulada pelo Deputado Jocelito Canto. Pelo não acatamento da sugestão formulada pelo Deputado Nereu Moura, em virtude da existência de conflito de dispositivos regimentais entre o inciso XXIII, do artigo 18 e a alínea “a”, do inciso X, do parágrafo 2º, do artigo 33, do R.I., tendo como resultado a apresentação de proposta de alteração regimental corretiva de autoria da Comissão Executiva.

#### **Preâmbulo**

Esta Presidência, dando cumprimento ao que determina o parágrafo 1º, do artigo 104, do Regimento Interno, que estabelece que: “todas as Questões de Ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pela Presidência da Assembleia”, em virtude de similitude e conexão de objetos, procedeu à anexação das Questões de Ordem levantadas pelo nobre Senhor Deputado Jocelito Canto, requerendo interpretação do inciso XXIII, do artigo 18 cominado com a alínea “a”, do parágrafo 2º, do artigo 33, ambos do Regimento Interno, e pelo nobre Sr. Deputado Nereu Moura, sugerindo o cumprimento deste mesmo artigo.

Quanto a questão, tem a esclarecer e a resolver:

#### **Da Fundamentação**

Após determinar ao Centro de Operações Legislativas a realização de profundo exame jurídico-legislativo das Questões de Ordem em epígrafe, esta Presidência detectou dissentimentos e conflitos hermenêuticos que dificultam a perfeita interpretação destes artigos regimentais, que geram inaplicabilidade dos mesmos, observe-se:

O inciso XXIII, do artigo 18, possui a seguinte redação:

*Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:*

*XXIII - emitir parecer, à proposição que tenha sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, por vício de inconstitucionalidade, no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer e, se for o caso, determinar o seu arquivamento. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.*

Perceba-se que este texto conflita com o que preceitua a alínea “a”, do inciso X, parágrafo 2º, do artigo 33, do mesmo Regimento, *in verbis*:

*Art. 33. Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:*

*§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:...*

*X - declaração de utilidade pública de associações civis.*

*a) Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será lida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.*

Um articulado coloca a Mesa Executiva como órgão recursal aos autores das proposta que receberam conclusões de inconstitucionalidade pela CCJ, e outro articulado coloca a própria Comissão de Constituição e Justiça como órgão reformador de suas próprias decisões.

Além da alínea “a” atacada, estar integralmente em desconsonância com a boa técnica legislativa, com falhas redacionais, contraria o que disciplina o inciso II, do artigo 10, da Lei Complementar Federal nº 095, de 26/02/88. Esta alínea está vinculada a um inciso que trata de declaração de utilidade pública de associações civis, que nada tem a haver com a matéria tratada na alínea.

### **Da Resolução**

Neste sentido, esta Presidência resolve acatar o pertinente alerta comunicado através da Questão de Ordem formulada pelo Sr. Deputado Jocelito Canto, recomendação que obriga esta Comissão Executiva a propor alteração no texto regimental, a fim de dirimir dúvidas na interpretação e aplicação destes dispositivos estatutários, na forma do Projeto de Resolução que encaminhamos em anexo a este parecer, para análise e posicionamento das Comissões competentes e do Plenário desta Casa, proposição esta que tem o cunho de dirigir as incongruências existentes.

Importante salientar, que esta decisão cria jurisprudência neste Parlamento, ficando determinado que nos termos do artigo 106, do Regimento Interno, seja registrado em livro próprio, que das decisões expressas pelos pareceres das Comissões Temáticas Permanentes desta Casa de Leis, cabe recurso, por iniciativa de autor ou autores das propostas, primeiro à Mesa Executiva e que, da decisão da Mesa Executiva, cabe recurso ao soberano Plenário desta Assembleia, rito organizacional este que disciplina as instâncias recursais do processo legislativo neste Parlamento, impondo prazos exequíveis.

Deixo de acatar a sugestão encaminhada pela Questão de Ordem formulada pelo nobre Sr. Deputado Nereu Moura, em virtude de inaplicabilidade do cumprimento da alínea "a", do parágrafo 2º, do artigo 33, que conflita com as competências da Mesa Executiva e pelas demais razões retro expostas, parabenizando o Deputado autor da questão pela preocupação da iniciativa.

### **Da Informação ao Plenário**

Esta Presidência tem conhecimentos de que o Regimento Interno hoje vigente necessita de integral reformulação e adequação ao processo legislativo moderno. Esta também é uma preocupação dos demais membros da Mesa Executiva assim como de todos os Parlamentares desta Assembleia.

Neste sentido, determino ao Centro de Operações Legislativas que, com a maior brevidade possível, ultime os trabalhos de elaboração do texto estrutural básico do novo Regimento Interno, para que tão logo esteja concluído, possamos apresentar a todos os Deputados desta Casa, para exame.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NELSON JUSTUS  
Presidente

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 724/09**

#### **SÚMULA:**

Propõe a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que dispense atenção especial a necessidade de aquisição de veículo e iluminação pública no Município de Moreira Sales.

Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Valentino da Câmara Municipal de Moreira Sales, que através de ofício nos pede empenho para que sensibilize o Governo do Estado, através desta Secretaria para que dispense atenção especial a necessidade de aquisição de veículo kombi e também se promova a iluminação do Cemitério para o Distrito de Paraná do Oeste no Município de Moreira Sales.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para estas realizações tão necessárias. Sensibilizados com a situação é que recorreremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### **INDICAÇÃO Nº 725/09**

#### **SÚMULA:**

Sugere a construção do acostamento na rodovia PR-323.

O Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do acostamento na rodovia PR-323 no trecho entre o Município de Paçandu e Doutor Camargo.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população que transitam pela rodovia, assim beneficiado toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DR. BATISTA

### **INDICAÇÃO Nº 726/09**

#### **SÚMULA:**

Sugere a reforma da unidade básica de saúde, no Jardim Alvarar.

O Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a reforma da unidade básica de saúde, no Jardim Alvarar.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DR. BATISTA

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais vem por meio desta indicar o Deputado Chico Noroeste para a vaga de suplente da Comissão de Legislação e Justiça na vaga do bloco PTB/PR sendo que o titular é o Deputado Fábio Camargo.

A vaga aberta pertence ao PTB.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2809**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 de junho (quarta-feira) para o período da manhã, do dia 10 de junho (quarta-feira), às 10h e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) ANTONIO ANIBELLI, ALEXANDRE CURI, CIDA BORGHETTI, CHICO NOROESTE, JOCELITO CANTO, MAURO MORAES, NEY LEPREVOST, FERNANDO SCANAVACA, DOBRANDINO DA SILVA, FELIPE LUCAS, ADEMAR TRAIANO, TADEU VENERI, PÉRICLES DE MELLO, ANTONIO BELINATI, LUIZ NISHIMORI, LUIZ ACCORSI, LUIZ FERNANDES LITRO, LUCIANA RAFAGNIN, RENI PEREIRA, OSMAR BERTOLDI, DR. BATISTA, PROFESSOR LEMOS, DUÍLIO GENARI, JONAS GUIMARÃES, MÁRIO ROQUE, MILTINHO PUPPIO, ELIO RUSCH, AUGUSTINHO ZUCHI, PLAUTO MIRÓ e uma ilegível.

**REQUERIMENTO Nº 2825**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 019/09, item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 2799**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, ao Presidente desta Casa, a liberação das dependências do Plenário para a realização de um Seminário de Previdência Social com objetivo de tratar os seguintes temas:

- Aposentadoria das Donas de Casa;
- Formalização do Microempreendedor;
- Políticas Públicas de Previdência no Estado.

A realizar-se no dia 03 de julho do corrente, no período das 9h às 12h, onde contará com as presenças do Ministro do Planejamento, Exmo. Sr. Paulo Bernardo e do Ministro da Previdência, Exmo. Sr. José Barroso Pimentel.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 2771**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ademir Ferreira Bueno, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 2772**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Selustiano Serafin da Luz Neto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 2773**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alberto Roloff, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 2774**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manoel de Oliveira Carvalho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 2775**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zélia Nogueira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdomiro Herdemann Vargas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdir Silva Capote, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosanldo Castorino da Silva Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosalina Supertino Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosalia Gorte Kuhn, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosa Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oliveira Luiz Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria das Neves Rosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcos Antonio Zagle, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Nascimento, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucimar Andeson, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eloina Taques Macedo Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ



## REQUERIMENTO Nº 2789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Davina Messias Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aminton Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Julio de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ignácio Staroi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2798

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voto de pesar, pelo falecimento do jovem Caio Volpato, ocorrido no dia 08/06/09, na Cidade de Moreira Sales.

A comunidade de Moreira Sales e região chora a morte, ocorrida de forma trágica em acidente automobilístico, do jovem Caio Volpato com apenas 24 anos de idade.

Um jovem que se vai. Brava gente, firme, decidido, pessoa destacada e admirada pelo seu modo de ser e agir como filho, estudante, cidadão responsável e preocupado com tudo o que dizia respeito a sua família e ao bem coletivo. Deixa saudade eterna para seus pais, Luiz Antonio Volpato e Margarete Bueno Volpato, ele Prefeito do Município de Moreira Sales, familiares, parentes, amigos, colegas e comunidade como um todo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelos seus Deputados e Deputadas, se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências aos pais, familiares, parentes e amigos.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DUÍLIO GENARI

## REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto e profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, do Dr. Leônidas Mocelin.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na data de hoje, do ex-Prefeito do Município de Jandaia do Sul o Sr. Perseu Pugliesi.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DR. BATISTA

## REQUERIMENTO Nº 2824

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM o envio de voto de pesar à família Pugliesi pelo falecimento do Perseu Pugliesi, ocorrido hoje, dia 09, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) ANTONIO ANIBELLI, BETI PAVIN, CLEITON KIELSE, EDSON STRAPASSON, ALEXANDRE CURI, CAÍTO QUINTANA, DOBRANDINO DA SILVA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, LUIZ EDUARDO CHEIDA, NEREU MOURA, TERUO KATO, STEPHANES JÚNIOR, ARTAGÃO JÚNIOR, MAURO MORAES, MÁRIO ROQUE, ADEMIR BIER, JONAS GUIMARÃES e DR. BATISTA.

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu na manhã desta terça-feira (09), com 77 anos, o ex-Prefeito de Jandaia do Sul Perseu Matheus Pugliesi. Irmão do Presidente do PMDB do Paraná, o Deputado Waldyr Pugliesi.

Deixa viúva Albina Geraldine Pugliesi e três filhos. Perseu era um peemedebista histórico da região e comandou os destinos do Município, no Noroeste do Paraná, em duas oportunidades - nas gestões 1983-1989 e 1993-1996.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio destes Parlamentares, cumprem o dever de associar-se a dor que abalou a família Pugliesi, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

**REQUERIMENTO Nº 2795**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 20º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Lindoeste, comemorado no dia 12/06/09.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Silvio de Souza, DD. Prefeito Municipal, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Dia 12 de junho é uma data especial para a população de Lindoeste. Afinal, o Município está comemorando 20 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que os colonizadores de Lindoeste se constituíam em famílias vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eram pessoas ligadas à agricultura, que superando todas as dificuldades construíram uma bela Cidade.

Lindoeste designa o fascínio que a beleza da Região Oeste do Paraná exerceu sobre os desbravadores do Município, que optaram por esta denominação.

Hoje, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade jovem enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Lindoeste se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

**REQUERIMENTO Nº 2796**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 18º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Ibema, comemorado no dia 12/06/09.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Aramitan Antonio Fortunato, DD. Prefeito Municipal, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Ibema acaba de completar 18 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz o trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que as primeiras movimentações no território do atual Município de Ibema foram as obras da construção da estrada ligando Guarapuava à Colônia Militar do Iguaçu. Essa via, se transformaria décadas após, na rodovia BR-277.

Diversos foram os ciclos que marcaram a história da região, passando pela erva-mate até a madeira. A efetiva colonização de Ibema ocorreu quando foi instalada uma indústria madeireira às margens da BR-277. Esta empresa denominada Indústria Brasileira de Madeiras S/A - IBEMA, devido ao seu porte empresarial dispunha de sólido quadro de funcionários e um setor de produção eficiente.

Neste contexto, surgiu Ibema, com um enorme núcleo de povoação e, como consequência, a necessidade de oferecer uma infraestrutura para as centenas de crianças que ali nasceram e cresceram.

O nome da Cidade origina-se da sigla comercial da Indústria Brasileira de Madeiras - IBEMA, empresa que lançou os fundamentos de povoação do atual Município.

Diante disso, parabenizo o Município pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

**REQUERIMENTO Nº 2804**

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste (PR), que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações ao Prefeito de Foz do Iguaçu pelo 95º aniversário de emancipação política do Município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) CHICO NOROESTE

**JUSTIFICATIVA:**

Foz do Iguaçu é uma Cidade ímpar, de belezas incomparáveis, reconhecida como um dos principais destinos turísticos do mundo, visitada por milhões de pessoas e que busca incansavelmente o trabalho, a paz e a justiça social para seus mais de 320 mil moradores formados por mais de 70 nacionalidades.

O voto de congratulações nada mais é do que o reconhecimento da importância de Foz do Iguaçu ao Paraná. A sua situação geográfica, economia e força política são reconhecidas pelos Deputados desta Casa.

A historiografia oficial registra que em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia Militar na fronteira - marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o Município de Foz do Iguaçu.

A expedição do Engenheiro e Tenente José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu em julho de 1889. Foi feito um levantamento da população e forma identificadas 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região e dedicados à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via Paraná.

Em 22 de novembro do mesmo ano, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados.

No ano de 1987 foi criada a Agência Fiscal, chefiada pelo Capitão Lindolfo Siqueira Bastos. Ele registrou a existência de apenas 13 casas e alguns ranchos de palha. Nos primeiros anos do século XX a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1910 a Colônia Militar passou à condição de Vila Iguassu, Distrito do Município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do Governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila.

Em 14/03/14, pela Lei nº 1383, foi criado o Município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro Prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O Município passou a denominar-se Foz do Iguaçu, em 1918.

#### REQUERIMENTO Nº 2807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 157º aniversário da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que se realizará no dia 09 de junho do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao provedor da Santa Casa de Misericórdia Ir. Frederico Unterberger.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2813

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao Sr. João do Amaral Giosa pela posse na presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - AEACM, ocorrida no dia 05 de junho.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao homenageado em seu endereço.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho e demonstrar os nossos mais sinceros votos de sucesso na nova empreitada que ora se inicia.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Zélia Maria Nascimento Sell, pelo lançamento do livro *Altdeutschen - A história que não foi contada*.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

*Altdeutschen - Alemães Antigos de 1829 - A história que não foi contada*, é um resgate que a jornalista e pesquisadora Zélia Sell faz dos pioneiros germânicos chegados ao Paraná, Santa Catarina e São Paulo em 1829. O termo *Altdeutschen* significa Alemão Antigo e se refere também a um estilo de móveis em madeira, objetos em estanho, louça, peças de roupa, artesanato em geral e até aforismos dessa época.

Por ocasião dos 180 anos da chegada dos pioneiros alemães em 2009, e já tendo iniciado pesquisa há cerca de 10 anos para *Histórias de Grein*, (sobre seus ancestrais, publicada no boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, a jornalista se surpreendeu com novos documentos que relatavam uma participação ativa da aqui duquesa austríaca (e depois imperatriz brasileira) Dona Leopoldina nessa história. Também da vinda desses colonos como soldados para manterem nossas fronteiras e a independência do Brasil, recém declarada. Como bem retrata a capa do livro *Altdeutschen* (o quadro *Imigrantes de Arthur Nísio*, transformado em um quebra-cabeças onde faltam algumas peças), a reconstituição dessa história é um verdadeiro quebra-cabeças, onde algumas peças ainda podem ser encaixadas.

Parabenizo pelo lançamento do livro *Altdeutschen - A história que não foi contada*, pela maneira competente, eficiente e cortês, atuando sempre de forma ímpar, com total dedicação provendo cultura e história para a comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 2800**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Artefacto.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Artefacto, empresa com mais de 30 anos de atuação no mercado, realiza um trabalho alinhado aos conceitos básicos e fundamentais da empresa que são o design, performance e valor, desenvolveu experiência no setor do design de móveis e complementos, com mix de produtos de mobília com estilo e qualidade, atual e dinâmica, tem em seu quadro de funcionários, profissionais qualificados, prestando desta forma excelente serviço à comunidade, estando presente nas principais capitais brasileiras.

**REQUERIMENTO Nº 2801**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Ton Sur Ton.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Ton Sur Ton, empresa com mais de 20 anos de atuação no mercado, realizando sonhos de conforto e beleza, desenvolveu experiência no setor do design de móveis e complementos, com mix de produtos de mobília com estilo e excelência, atual e dinâmica, tem em seu quadro de funcionários, profissionais qualificados, prestando desta forma excelente serviço à comunidade, sendo referência em bom gosto e qualidade.

**REQUERIMENTO Nº 2802**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Bernt Entschev.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Sr. Bernt Entschev, headhunter, que trabalha na área de executivos há mais de 20 anos, tendo sido CEO o membro Board da empresa Manasa, escreve colunas semanais nos jornais Gazeta do Povo de Curitiba, Correio do Povo de Jaraguá do Sul e no La Nación do Paraguai, também é comentarista de recursos humanos no telejornal Bom Dia Paraná da Rede Paranaense de Comunicação, filiada à Rede Globo, e nas rádios CBN e 91 Rock de Curitiba, autor do livro Executivos, Alfices & Morangos, atua como conselheiro de diversas instituições e já foi eleito o 4º melhor headhunter do Brasil.

**REQUERIMENTO Nº 2803**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Originale Cucina e Pizzeria.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Originale Cucina e Pizzeria, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, onde o cliente aplaude de pé e de boca cheia o festival de pratos da cozinha franco-italiana.

**REQUERIMENTO Nº 2805**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba pelos 157 anos.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba pelos 157 anos, iniciativa de idealistas com a denominação de Fraternidade Curitibana, iniciou suas atividades dando apoio a Santa Casa de Paranaguá, posteriormente já em sede própria inaugurada por Dom Pedro II, constava com 160 leitos, podendo ser considerado um grande hospital, que foi por muito anos, o único de Curitiba, em sua trajetória ascendente, ampliou sua atendimento, criando o hospital psiquiátrico, que veio a reforçar a assistência à saúde da população da Capital paranaense, seu pioneirismo fica evidenciado na qualificação e formação de médicos, funcionando como um centro de aperfeiçoamento no ensino da medicina, em parceria com entidades educacionais como a Universidade Federal do Paraná e, atualmente, aliada a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com a missão de ser um hospital-escola, consolidado o trinômio ensino-pesquisa-assistência, focando os quatro pilares fundamentais de instituição universitária, católica, marista e comunitária, desenvolvendo comprometimento com a vida e a dignidade das pessoas, tratando com humanidade os pacientes sob sua responsabilidade, demonstrando ser uma instituição responsável e dedicada à comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 2820**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio

da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do Procurador Regional do Trabalho Ricardo Tadeu Marques da Fonseca para a vaga de Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.

A presente moção de apoio ao Procurador Regional Ricardo Tadeu Marques da Fonseca deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do candidato. O nosso indicado já provou sua capacidade, conforme demonstra seu currículo profissional, sua brilhante carreira de mestre pela USP e doutor pela UFPR, jurista renomado e atuante ativista dos direitos humanos do trabalhador.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e, em face da medida proposta de lei para autorizar a concessão de bolsa-auxílio para estudantes angolanos (Mensagem nº 005/09 - Projeto de Lei nº 058/09), REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Sr. Nelson Garcia, informar:

O Governo do Estado dispõe de programas voltados às pessoas com deficiência visual? Em caso positivo, qual o valor das despesas, mensal e anual, com programas para estudo, capacitação e inclusão no mercado de trabalho de portadores de deficiência visual? São distribuídas bolsas para custeio dessas despesas em todo o Estado? Quantas são as bolsas distribuídas e respectivos valores?

O Poder Público estadual tem alguma parceria com o Instituto Paranaense de Cegos ou outras entidades de proteção e defesa dos interesses das pessoas deficientes visuais? Especificar as entidades e o tipo e o valor do auxílio despendido.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL, DOUGLAS FABRÍCIO, NEY LEPREVOST, ELIO RUSCH E PLAUTO MIRÓ

### ***Projeto de Resolução***

COMISSÃO EXECUTIVA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - manifestar-se sobre todas as proposições quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais, de técnica legislativa e sobre o caráter estrutural das proposições para os fins previstos na Constituição do Estado;

II - manifestar-se sobre recursos previstos neste regimento;

III - manifestar-se sobre perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso V, do artigo 251, deste Regimento.

IV - manifestar-se quanto ao mérito de proposições relativas às seguintes matérias:

a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios;

b) transferência temporária da sede do Governo;

c) organização dos Poderes do Estado;

d) Ministério Público;

e) intervenção nos Municípios;

f) organização e divisão judiciária;

g) alteração de códigos;

h) declaração de utilidade pública de entidades civis.

V - propor através de Projeto de Resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

VI - Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Executiva, ainda que distribuída para outras Comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da votação do parecer no Plenário da Comissão;

VII - Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 02 (dois) dias, sendo que, inexistindo recurso ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário da Assembleia, a Proposição será tida como definitivamente rejeitada, caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão;

VIII - Fica vedado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça a concessão de vista da proposição, no caso de discussão e votação de parecer à impugnação apresentada pelo autor, quando a matéria for emenda apresentada no Plenário da Assembleia Legislativa;”

Art. 2º O parágrafo 6º, do artigo 51, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, passa a vigorar acrescido do inciso I, com a seguinte redação:

“Art. 51. (...)

§ 6º (...)

I - O disposto neste parágrafo, não se aplica à Comissão de Constituição e Justiça, no caso de discussão e votação de parecer à impugnação apresentada pelo autor, quando a matéria for emenda apresentada no Plenário da Assembleia Legislativa.”

Art. 3º Fica revogado o inciso XXIII, do artigo 18, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) NELSON JUSTUS,  
ALEXANDRE CURI  
VALDIR ROSSONI

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 286/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Esperança Vida Nova da 3ª Idade de Diamante do Sul, com sede no Município de Diamante do Sul e foro no Município de Guaraniaçu - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O Grupo Esperança Vida Nova da 3ª Idade de Diamante do Sul é sociedade civil, sem fins lucrativos organizados, exclusivamente para a prestação de serviços dos sócios comunitários aos idosos, de caráter beneficente e educacional, com os principais objetivos descritos:

a) Manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares;

b) Estimular o espírito de solidariedade e comunitário entre idosos integrantes do grupo, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade;

c) Congregar os idosos da referida comunidade que venham integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos;

d) Representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias dos interesses individuais dos associados;

e) Manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefícios dos associados.

O Grupo Esperança Vida Nova da 3ª Idade de Diamante do Sul, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, demonstrado no estatuto, com certificado do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 287/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominado Colégio Estadual Professor Ildo José Fritzen o estabelecimento de ensino localizado no Município de Entre Rios do Oeste.

Parágrafo Único. O referido Colégio Estadual situa-se a rua Roque Valério Machado, nº 700, Bairro Por do Sol, naquele Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

O cidadão entre-riense, professor Ildo José Fritzen, graduado em ciências - matemática, pós-graduado em Matemática, tendo iniciado sua carreira em 1982, atuando como professor de matemática no Ensino Fundamental, ainda em matemática, física e química no Ensino Médio até o ano de 1990.

De 1990 a 1997 se tornou Diretor da Unidade Cenicista daquele Município. Graduação: ciências - matemática, Pós-graduação: Especialização no Ensino de Matemática.

O professor Ildo, veio a falecer aos 45 anos de idade, em 23/05/09, se tornando esta uma justa homenagem a este cidadão que tanto lutou por uma melhor qualidade de ensino para a população daquele Município.

PROJETO DE LEI Nº 288/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Afro-Brasileira São Jerônimo e São Jorge, com sede e foro no Município de Colombo/Pr.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente Afro-Brasileira São Jerônimo e São Jorge, fundada em 10/12/98, tem como proposta principal o atendimento assistencial, beneficente, educativo, cultural e social das comunidades menos favorecidas de Colombo. A entidade trabalha pelo desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e idosos, buscando a formação do ser humano em suas origens e identidade cultural para um melhor crescimento e condições de igualdade social para sua integração à família e a sociedade.

Para o cumprimento destas metas e o desenvolvimento integral das ações programadas, a Associação desenvolve projetos comunitários e educativos na área cultural e educacional, com oficinas de língua Ioruba, dança africana, capoeira, percussão, cursos de alfabetização, culinária, artes plásticas, reciclagem de diversos materiais, corte e costura, tricô, bordados, tapeçarias, e distribuição de alimentos.

Uma das metas da entidade é preservar, manter e divulgar o ritualismo espírito africano e a religião trazida pelos africanos durante a época Brasil - Colônia de Portugal, e consequentemente melhorar a geração de renda das pessoas atendidas, através de sua inclusão no mercado de trabalho.

Para atingir estes objetivos a associação mantém convênios e termos de cooperação com o poder público nas suas diferentes esferas e representações.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença dos alunos do ensino médio do Colégio e Faculdade Modelo, que vêm acompanhados pelo professor Nélio Mineto, que nos prestigiam hoje. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de convidar para vir à Mesa Executiva o Sr. Mário Roque, suplente de Deputado pelo PSB, que em virtude da renúncia do Deputado Ribas Carli Filho, estamos aqui hoje para dar posse no cargo de Deputado Estadual ao Sr. Mário Roque. Quero explicar aos Srs. Deputados que havíamos marcado a posse do Deputado Mário Roque para amanhã às 10h da manhã, teremos amanhã Sessão na parte da manhã, temos também Sessão das comissões ainda de manhã, e como o Deputado Mário Roque nos solicitou, almoçou aqui na Casa hoje, a pedido do Líder do Governo, achamos por bem, já que temos que ter 54 Deputados e já é uma decisão da Mesa, achamos por bem antecipar a posse de amanhã para hoje.

Por essa razão, solicito ao Sr. Mário Roque que preste compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia. Solicito, por gentileza, aos Srs. Deputados, que se levantem por favor.

#### O SR. MÁRIO ROQUE (PMDB)

Prometo guardar a Constituição Federal e a Constituição Estadual, desempenhar o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Mário Roque. Determino a lavratura da ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia, para que produza os efeitos legais e regimentais.

Solicito ao Deputado Mário Roque que tome assento no plenário e passe ao nosso departamento de painel eletrônico para que tenha a sua senha reservada.

### ***Pequeno Expediente:***

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

#### O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero utilizar esse expediente para deixar bem claro aqui que defendi e defendo a minha sigla como líder do partido. Em nenhum momento busquei ofuscar qualquer interesse ou direito pessoal. Entendo que a vaga é do PSB. Ontem mesmo reconheci que a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa agia de uma maneira imparcial. Aliás, com base no requerimento do Deputado Mário Roque, V. Exa. já poderia ter dado posse ainda na semana passada, mas atendendo uma questão de ordem nossa, para que esperasse uma nova resposta do TRE, em virtude da resolução que o nosso partido encaminhou, que eles interpretassem a resolução do TSE, que diz que quem disciplina a questão de suplência é o partido.

Infelizmente, V. Exa., ontem, tão logo cheguei nesta Casa, me mostrou uma nova certidão da Justiça Eleitoral, que o tribunal do Paraná tinha conhecimento da resolução do partido, mas não alterava a ordem. Motivo pelo qual procuramos ainda ontem à noite, juntamente com o Presidente do partido, que é quem tem legitimidade para falar em nome do partido, o Dr. Guilherme Gonçalves, junto com outros advogados do Paraná, dentre os quais incluía-se aqui o Dr. Pereirinha, entre outros grandes conhecedores dessa área eleitoral. Inclusive consultei sobre a possibilidade de impugnarmos, através de um mandado de segurança, o ato da Mesa Executiva, e fui aconselhado que o partido deve buscar o mandato. E nós assim faremos.

Fico feliz, pois o Deputado que ora assume, foi meu companheiro de partido, e pelo que ele me passou aqui, foi o reconhecimento de que não se trata de uma questão pessoal, mas uma questão partidária. Eu defendi e continuarei defendendo o direito do meu partido a ter mais um membro nesta Casa. Mas reconheço que a Mesa executiva desta Casa agiu, durante esse processo, quero aqui não só em meu nome, mas em nome do Presidente do partido que também entendeu e não impugnou o ato, até porque a Assembleia Legislativa não emitiu qualquer julgamento de valor. Ele acatou o que veio da Justiça Eleitoral. Então, quero deixar aqui registrado, principalmente aos demais Parlamentares, o motivo pelo qual o PSB não impugnou o ato. Mediante as certidões da Justiça Eleitoral, o direito à posse é efetivamente do 1º suplente da eleição. Agora, o direito ao mandato é do PSB e buscaremos, através dos meios competentes, já constituímos advogado e vamos buscar.

Em que pese o meu desejo e o meu esforço para que o 2º suplente chegue rapidamente a esta Casa, espero que o Deputado Mário Roque, neste espaço de tempo em que ainda é detentor do mandato, possa produzir muito pelo Litoral e pelo Estado do Paraná. Sei que durante sua curta passagem aqui, anteriormente, já fez algumas produções.

Então, deixar registrado que em nenhum momento o meu embate aqui foi pessoal; foi defendendo o meu partido, que eu defendo e continuarei defendendo, na qualidade de líder ou simplesmente como Deputado do PSB.

Obrigado, Sr. Presidente, e tenha o reconhecimento meu e do meu partido pela imparcialidade com que conduziu essa questão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus; Orlando Pessuti, Vice-Governador, essa figura extraordinária, posso fazer elogio ao Orlando Pessuti porque no meu partido ninguém vai me demitir por isso, não. Temos ampla liberdade de poder falar. Deputado Alexandre Curi, que está prometendo que vai resolver esse problema do Atlético Paranaense, porque o Atlético e o Coxa disputaram 30 pontos no campeonato e ganharam só dois pontos os dois juntos; Dr. Batista, Deputado Nishimori, Deputado Romanelli, Deputados e Deputadas.

Inicialmente, faço o registro da visita de uma galera bonita, simpática, alunos e alunas do Colégio e Faculdade Modelo, do professor Nélio. São do ensino médio aqui de Curitiba. Tem uma mamãe aqui que é nossa funcionária da ata, nossa amiga Rosemere Túlio, que está muito feliz com a presença do seu querido filho Gustavo. Cadê o Gustavo? Está lá. Tem tanta garota bonita aí que dizem que tem garoto que vai estudar nesse colégio mais para poder dar uma paquerada também. Vai sair muito casamento por aí também. Independente do namoro, estudem, preparem-se, porque lá na frente temos alguns quebra-molas na vida, alguns espinhos, algumas dificuldades. Vai chegar um tempo em que vocês não terão mais a mamãe e o papai para dar a mesada, cada um tem que abraçar uma profissão e tem que ser competente naquilo que faz. Não adianta mais estudar por estudar, porque se for médico, advogado, engenheiro, arquiteto, profissional liberal, mas não for competente, não vai ter serviço. Então, o nosso voto, agradecendo a presença de vocês, é que sejam felizes na vida pessoal, na vida familiar.

Continuamos a leitura dos e-mails que os paranaenses nos enviam. Temos um e-mail do Wilson. Ele fala aqui para o Deputado Romanelli ir terminar as obras da

Vila Zumbi dos Palmares, que mandaram 28 milhões para a obra. É um e-mail cobrando o trabalho do Romanelli. O Jocelito, muito gentil - até mostrei o e-mail para ele ontem, porque o Wilson falava do Jocelito, não falando mal, apenas fazendo uma menção ao Jocelito - pedir para que eu lesse o e-mail, é interessante. Obrigado, Jocelito, por essa compreensão democrática.

Ontem a Comissão de Constituição e Justiça reprovou uma emenda que apresentei ao Projeto de Lei nº 106/09 que, se aprovado, sancionado e transformado em lei, permitiria o acesso dos agentes universitários à carreira de professor das instituições de ensino superior. Infelizmente, essa emenda que me foi sugerida pelo Sérgio Manabe, pelo Alexandre Almeida, pelo Itamar, por um grupo de servidores, de agentes universitários da UEL, lamentavelmente a nossa emenda foi reprovada, porque o Governo tem maioria na Comissão de Constituição e Justiça, como aqui no Plenário. Mas, é lamentável essa discriminação dentro de uma mesma universidade, contra aqueles que estão dando o sangue, estão dando o melhor da sua vida pelo ensino superior.

Lamento profundamente que a nossa emenda tenha sido reprovada, mas vamos continuar defendendo esses agentes universitários. Continuaremos defendendo os servidores públicos do nosso Paraná, continuaremos combatendo todo o tipo de desigualdade, porque essa nossa emenda era apenas para dar um tratamento isonômico, de igualdade, a quem está nas universidades, aqui, do Paraná.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O Sérgio Manabe, que foi quem me sugeriu a emenda, diz aqui: *Deputado Belinati, tivemos a notícia de que a emenda foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça. Lamentamos que esse importante benefício não tenha sido estendido aos demais servidores das universidades e faculdades.* Então, o Sérgio Manabe lamenta o que aconteceu.

O Fábio Andrade: *Belinati, acompanhei a leitura do e-mail pela TV SINAL e, com muita felicidade, só tenho a agradecer. E muito bem lembrado também pelo senhor o agradecimento e toda família Ballalai, criadora, implantadora do Hospital do Câncer em Londrina. Realmente é uma instituição que todos gostam de ajudar. Vejo que a população de Londrina faz questão de ajudar essa importante instituição. Apenas para seu conhecimento, o senhor deve ter percebido isso, trabalho na Johnson & Johnson, com produtos da linha hospitalar. E o meu dia a dia de trabalho é estar dentro de todos os hospitais da nossa região de Londrina, do Norte do Paraná, do Norte Pioneiro. E realmente o Hospital do Câncer de Londrina está de parabéns, muito bem administrado com qualidade e com grande prestatividade à população.*



*Bom, Deputado Belinati, apenas tenho que agradecer e gostaria muito que o senhor continuasse a ler os e-mails do povo na tribuna, mesmo que certos Deputados não gostem. E também acho que não têm o que gostar ou querer, pois estão aí para ajudar o povo. Os nossos Deputados são os porta-vozes do povo. Muito grato, Fábio Andrade, da Região Sul de Londrina.*

É que tem gente que acha que eu vou parar de ler e-mail aqui. Podem criticar, eu vou continuar lendo e-mails, sim, porque eu sou empregado do povo, o meu patrão é o povo. O povo manda um e-mail para mim e eu tenho que atender. Em primeiro lugar, o povo. Para puxar o saco do Governo tem uma fila enorme, uma fila que vira o quarteirão. Está sobrando gente para bajular o Governo; está faltando gente para defender o povo.

A Clenilce, de Londrina, cunhada do ex-Prefeito desta Cidade, Nédson Micheleti, diz: *Belinati, ter um amigo é ter verdadeiro sucesso na vida. É poder rir muito e muitas vezes ganhar o respeito de pessoas inteligentes, o carinho e reconhecimento de pessoas qualificadas, e também saber suportar a traição de falsos amigos. É apreciar a beleza, procurar o melhor dos demais, é deixar o mundo um pouco melhor. É como encontrar um jardim bonito, ou deixar uma pessoa feliz e saber que alguém viveu melhor, graças a ti.* Obrigada, Clenilce.

Tem aqui também do Sebastião Pinto, que está me dando a sugestão para apresentarmos um projeto, para que quem for fazer concurso público, com algum tipo de deficiência, seja isentado da taxa de inscrição, quando se habilitar para algum concurso público no Paraná, e para quem for doador de sangue. Ele me sugere para que seja feito isso no âmbito do Estado e Também da Prefeitura. Nesta última, não temos esta competência, porque pela Constituição os Municípios têm autonomia. Sebastião, eu vou apresentar esse projeto, que é muito humano, para portadores de deficiência ou para quem faz doação de sangue, porque ele isenta dessa taxa. Para quem é portador de deficiência, ou para quem é de baixa renda, isso pode pesar muito.

Nobres Pares, assistimos abismados o que aconteceu em um dos maiores shoppings centers do Sul do País, bem pertinho do Palácio onde trabalha o Governador, o Prefeito Beto Richa e nós trabalhamos, o Müeller, que é tradicional, um cartão de referência para Curitiba e para o Paraná. Um cidadão com sua esposa grávida foi à loja de colchão, e comprou um. Quando foi entregue esse colchão, a impressão é que ele era usado, estava manchado e não um zero quilômetro. Talvez fosse um colchão que estivesse no mostuário. Ele chegou na loja e foi acertado que o dinheiro seria devolvido. Mas não foi devolvido. O cidadão Márcio Ribeiro, 33 anos, casado, com a esposa grávida, evidentemente se irritou ao comprar um produto estragado.

Outro dia falamos aqui da Brastemp, que é uma das maiores empresas, tenho muita coisa na minha casa que é da Brastemp. Eu tive uma geladeira que estava com defeito e a Brastemp errou, desrespeitou e não trocou o produto. O conserto do produto custou quase o preço de uma nova geladeira.

O Márcio Ribeiro, junto com sua esposa, foi à loja desse shopping. Os ânimos se exaltaram, com um bate-boca que é normal nesta hora. É provável que ele tenha se exaltado além da conta. A loja, ao invés de trocar o colchão, dar um outro produto em condições com a venda que foi feita, ou devolver o dinheiro, a loja resolveu chamar a Polícia Militar e aí o sangue ferveu, o bate boca tomou uma dimensão muito maior.

O que fez a Polícia? Polícia não tem que se meter em bate boca de cliente com loja, meu Deus! Tem tanto crime, tanto assalto, tanta morte, tanta violência por aí! Polícia tem que cuidar dos bandidos! Parece que não tem nada de violência no Paraná, porque a Polícia Militar foi deslocada, e foi erro de quem determinou esta operação, foi deslocada para o Shopping Müeller e o que fez a Polícia? Algemou o cliente, colocou o cliente na viatura e ele foi preso.

Será que está certo isso? Não está certo, não. Errou e errou muito, errou feio quem deu esta ordem para os policiais irem até o shopping. Acho que temos que fazer prevalecer o direito do consumidor, que foi violentado, nesse caso desse cidadão na loja do Shopping Müeller. Não é culpa da direção do shopping. Errou a gerência da loja de colchão; errou quem autorizou esta operação. Está cheio de bandido assustado e apavorando o povo, e quando o cliente bate boca porque recebeu uma mercadoria que não é aquela que ele comprou, que ele pagou, quando ele é enganado, ludibriado, de boa fé ou de má-fé ou por equívoco, não importa, meu caro Mário Roque, a quem damos as boas vindas. O que fez o gerente da loja? Chamou a Polícia, algemou e prendeu como se fosse o maior bandido do mundo.

O bandido que matou a criança e colocou o corpinho dela numa mala na rodoviária até hoje não foi preso, mas um cidadão que discute, briga, não importa se ele se exaltou, mas ele se exaltou dentro de uma razão que ele tinha, o cidadão é preso algemado, humilhado, tem seu nome jogado no lixo pelo autoritarismo e pela prepotência de quem praticou esta ação.

Agradeço, Sr. Presidente, e espero que daqui para frente, quando um cliente for mal atendido numa loja, quando chegar a mercadoria errada na sua casa, meu caro grande Anibelli, que não seja chamada a Polícia, seja resolvido de loja para cliente, de cliente para loja, e que a Polícia seja usada para combater a criminalidade e para dar a segurança que os paranaenses têm direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

## ***Deputado Chico Noroeste (PR)***

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

Sr. Presidente Nelson Justus, amanhã, dia 10, Foz do Iguaçu completa 95 de emancipação política. Uma data importante para o povo de Foz do Iguaçu, e eu, na condição de Deputado, representando aquela importante Cidade, tenho o desejo e até me acho no dever de participar, amanhã, das festividades, do desfile cívico militar, motivo pelo qual, Sr. Presidente, peço que V. Exa., dentro das possibilidades, abone minha falta no dia de amanhã.

Foz do Iguaçu, um Cidade jovem, mas grande, uma Cidade importante no Estado do Paraná, a nível de Brasil, com 320 mil habitantes. Hoje Foz do Iguaçu é a quarta Cidade em número de habitantes. Vem a Cidade de Curitiba, que é normal, é natural, é a Capital do Estado; vem Londrina; Maringá, e depois já vem a Cidade de Foz do Iguaçu.

Em se tratando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de produção, de riquezas, Foz do Iguaçu possui hoje o 5° PIB no Estado do Paraná e possui o 63° PIB no Brasil. O Brasil tem hoje 5 mil 564 Cidades, Municípios. Aqui no Estado do Paraná há 399 Municípios, e a Cidade de Foz do Iguaçu possui o 5° PIB no Estado do Paraná. Vem a Cidade de Curitiba, a Cidade de Araucária, de São José dos Pinhais, de Londrina e depois a Cidade de Foz do Iguaçu.

Temos, sim, os nossos problemas, típicos de Cidade grande, de Segurança, desemprego, problemas de favelas, Saúde Pública, entre outros. Mas, tenho certeza que pela pujança da Cidade de Foz do Iguaçu e pela força e determinação do seu povo, esses problemas serão resolvidos o quanto antes.

Portanto, Sr. Presidente, a Cidade de Foz do Iguaçu, graças às Cataratas do Iguaçu, a Itaipu Binacional, à força dos empresários, à dedicação e à determinação do seu povo, fez com que ela seja hoje o que é. E certamente, no futuro, será uma Cidade ainda melhor.

Portanto, quero aqui neste momento em que a Cidade de Foz do Iguaçu completa 95 anos, render as minhas homenagens e expressar aqui os meus votos de congratulações e parabéns à população de Foz do Iguaçu, que fez com que de Distrito de Guarapuava, seja hoje uma importante Cidade no Estado do Paraná e no Brasil. Parabéns à Cidade de Foz do Iguaçu pelos seus 95 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para esclarecer que a partir de hoje tivemos a queda de mais um bloco com a ascensão do Deputado do Deputado Roque, o bloco do Pastor Edson passa a ter três Deputados. Queria ver se é isso mesmo e se os blocos, os partidos, poderão usar toda terça-feira o horário da liderança, os partidos que não tiverem quatro Deputados. Queria confirmar, porque com a vinda do Deputado Roque, o outro bloco também, como o nosso, ficou extinto a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Recebemos uma solicitação e questão de ordem também por parte do PSB, em virtude da possibilidade dessa questão estar *sub judice*, então a Mesa vai resolver também esta questão da participação nas Sessões. Por enquanto cabe, sem dúvida nenhuma, a questão de ordem levantada por V. Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Lucas.

**Deputado Felipe Lucas (PPS)**

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ocupo a tribuna desta Casa, hoje, para parabenizar a nossa Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, nesta data especial em que ela completa 157 anos de fundação.

Para conceder os meus votos de congratulações a uma instituição que é um símbolo de princípio ético, de calor humano e de referência em saúde em todas as áreas da Medicina.

Afinal, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba é a casa de todos os paranaenses, que recorrem à ela na esperança da cura para todos os males.

Para essas pessoas, indistintamente, a Santa Casa tem sempre suas portas abertas, oferecendo o que existe de melhor em tecnologia e infraestrutura.

Srs. Deputados. A Santa Casa nos enche de orgulho também, porque dela surgiram nomes pioneiros no conhecimento e na pesquisa em Medicina. Mestres ilustres responsáveis pelos primeiros passos de uma história vitoriosa, responsáveis por uma trajetória ascendente que hoje faz a Santa Casa ser uma referência nacional no tratamento de doenças até então tidas como incuráveis.

Sou médico há mais de 20 anos, nos quais atuo na Região Centro-Sul do Paraná, onde atendo pacientes com o mesmo perfil sócioeconômico daqueles acolhidos pela Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Por isso, Srs. Deputados, neste momento rendo minhas homenagens também ao corpo clínico e ao valioso corpo de funcionários desta Irmandade. Pois saibam os senhores que essas pessoas são exemplos de calor humano, um componente fundamental à pronta recuperação do paciente, nas várias etapas de um tratamento médico.

Finalmente, aproveito este momento especial para destacar a incansável missão das pessoas responsáveis pela captação de recursos aos projetos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Projetos sociais que, prezados Deputados, devem ser estimulados e apoiados com o nosso envolvimento como cidadãos e como Parlamentares, para que a Santa Casa prossiga em sua trajetória, ajudando a salvar vidas de milhares de paranaenses, ricos ou pobres, portadores desde as mais simples até as mais graves doenças.”

Muito obrigado.

Portanto, é um momento especial para a nossa Santa Casa de Curitiba, quando ela faz parte, atendendo melhor a todos que a ela se encaminham. Temos algumas facilidades, nós como médicos, encaminhamos os doentes melhor até que alguns serviços públicos.

Portanto, muito obrigado e parabéns a todos que compõem a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Professor Lemos.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

O PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados imprensa, nossos visitantes, também as pessoas que nos acompanham pela TV SINAL.

O que me traz aqui, é o ensino médio do Paraná, o antigo 2º grau, no passado era chamado colegial. Esse ensino no Estado do Paraná não é obrigatório. O Estado não tem a obrigação constitucional, legal de ofertar. Por isso, temos tido problemas todos os anos, com filas, pais desesperados, jovens, adolescentes querendo matrículas nas escolas estaduais do Paraná e não conseguindo em muitas delas, principalmente nas médias e grandes Cidades do Estado.

No início deste ano foi polêmico, tivemos debate, chegamos a aprovar aqui na Assembleia, por unanimidade, um requerimento que apresentei solicitando ao Estado que garantisse vaga. Mães desesperadas procurando a Secretaria da Educação, procurando os Deputados nos gabinetes, porque não conseguiam matrícula, e quando conseguiam era para estudar à noite, em escola de bairro distante de onde a família mora, e as crianças com 14, 15 anos de idade, tendo a obrigação de serem matriculadas no período noturno. Várias famílias não matricularam os adolescentes, os jovens, nessas escolas distantes de casa.

Então, é obrigação do Estado ofertar, a educação básica completa é uma necessidade. Por isso, redigimos uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, para alterar o artigo 179, incluindo esta obrigação ao Estado, de ofertar a educação básica completa, ofertando o ensino médio como obrigatório.

Tivemos o apoio de 36 Deputados Estaduais aqui desta Casa, estamos então protocolando na tarde de hoje, nesta sessão, esta importante emenda à Constituição. Deve garantir recursos suficientes no orçamento do Estado para que possamos ter vagas garantidas nas nossas escolas estaduais.

O MEC, através do INEP, demonstrou que o Paraná deixa de atender 54% da faixa etária que vai de 15 a 24 anos, atendendo portanto 46%. Não é um problema evidentemente só do Estado do Paraná, é um problema nacional. Mas temos condição, aqui no Estrado do Paraná, de mudar essa realidade.

Por isso, agradeço cada Deputado que subscreveu essa Proposição de Emenda à Constituição. Convido aqueles que ainda não assinaram, se sentirem vontade de assinar também essa PEC, vou colher a assinatura na sequência e vamos protocolar para que possamos aprovar logo essa PEC aqui na Casa, dando aos nossos adolescentes a oportunidade de uma vaga na escola pública do Estado do Paraná.

Por isso, peço o apoio de todos e que possamos, rapidamente, ter aqui no Paraná, o ensino médio como obrigatório. Isso já é uma obrigação na Argentina, um País do nosso lado. Só para citar um exemplo, vários Países já tornaram obrigatória a educação básica inteira. No Paraná e no Brasil, ainda hoje, a obrigação é tão-somente com o ensino fundamental. Precisamos estender essa obrigatoriedade para dar atenção, dar escola, dar oportunidade aos nossos adolescentes, aos nossos jovens.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Quero cumprimentar meu amigo, Vice-Governador do Paraná, Orlando Pessuti, ex-Deputado Estadual, que honra esta Casa Legislativa com a sua ilustre presença. Cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol do turismo do nosso Estado, coordenando toda essa movimentação, agora já com Curitiba escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, e nós estaremos, Vice-Governador Pessuti, colaborando com uma comissão que a Mesa Executiva autorizou esta Casa a constituir para fazer acompanhamento, dar apoio e ajudar na interlocução com todos os Poderes, porque realmente a Copa do Mundo pode representar uma oportunidade significativa de divulgar o turismo de todo Estado do Paraná, não só da Capital do Estado, do Litoral, Foz do Iguaçu, região dos Campos Gerais, Região Norte, Norte Pioneiro, onde existem já empreendimentos na região de Ribeirão Claro.

Queremos aproveitar para divulgar o turismo do Paraná, porque gera empregos, o turismo é, sem dúvida alguma, o caminho mais rápido e eficiente para gerarmos oportunidades de trabalho e também para proporcionarmos renda para as pessoas que estão precisando de uma chance, principalmente no interior do Estado, onde há um grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural e do turismo ecológico. E em Curitiba o turismo de eventos, que se faz muito importante.

Gostaria de lembrar, Deputado Belinati, que durante a sua gestão como Prefeito de Londrina, tive a oportunidade de inaugurar uma pista de atletismo na UEL, uma das únicas quatro pistas de padrão olímpico que existem no Paraná. Tive a oportunidade de inaugurar, a sua pedido, na beira do lago Igapó, um escritório da

Paraná Turismo. Estive junto com o senhor na inauguração de um empreendimento privado em Londrina, que deve estar servindo até hoje para realização de feiras e seminários. Realizamos também em Londrina durante a sua gestão como Prefeito, o Pré-Olímpico de Futebol.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Trabalhamos em grande parceria, eu quando Secretário Estadual de Esporte e Turismo do Paraná, e o senhor como Prefeito de Londrina. Foi um Prefeito que prestigiou o esporte e o turismo.

### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Essa grande admiração que tenho pelo senhor, que é um jovem que já tem um presente maravilhoso na sua vida, as estrelas estão brilhando a ponto de V. Exa. ter uma carreira cada vez mais empolgante na vida pública, até ocupando posições mais altas que a de Deputado Estadual. Quero testemunhar, de fato, a gratidão a V. Exa. pelo apoio que deu, não ao Antonio Belinati, mas deu a Londrina, ao Norte do Paraná, como Secretário, cheio de talento, vontade e garra, como é como Deputado Estadual.

Pego uma carona neste aparte para dar os parabéns ao Orlando Pessuti, porque ele tem sido um gigante nessa história da Copa do Mundo aqui em Curitiba.

Colocou bem V. Exa., e vai caber a cada Prefeito, a cada Presidente de Associação Comercial, a cada segmento ligado ao turismo. O Paraná tem tanta coisa bonita em cada região, por exemplo a Serra da Graciosa, a Serra do Mar, as Cataratas e por aí fora. Cada região tem coisas bonitas para mostrar para os turistas, e vai depender de que cada Prefeito, com a sua equipe, trabalhe no sentido de motivar essa gente, porque, quem vem para uma Copa do Mundo é gente que tem dinheiro. Então, eles vão ter muito dinheiro para percorrer o Paraná, e V. Exa. colocou bem, porque é um turismo que vai acabar fazendo que gere muito dinheiro no Paraná gere emprego, e quem sabe até alguns turistas tragam os seus negócios para cá.

Então, parabéns a V. Exa., parabéns ao Orlando Pessuti e parabéns ao Paraná, que venceu essa grande batalha para ter a Copa do Mundo!

### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Deputado Belinati, aproveitando o ensejo, acredito que poderíamos pensar, e consulto o senhor, sendo que o senhor pode conversar com as suas bases ao longo do final de semana, que será para alguns prolongado e para outros um final de semana de visita às bases, como provavelmente será o seu caso e é o meu caso também. E aproveitando a presença aqui do Orlando Pessuti para lançarmos uma campanha, porque me parece que quatro seleções devem vir ao Paraná durante a Copa, e normalmente elas chegam 10 ou 15 dias antes. A simples presença de uma Seleção em uma Cidade já destaca essa

Cidade perante toda a mídia nacional e internacional, sendo que a imprensa estrangeira vai fazer matérias sobre os pontos turísticos. Acredito que Londrina poderia ser uma dessas subsedes, deveria ser uma das Cidades que irá hospedar, antes da realização da Copa, as Seleções.

É uma campanha. Peço que o senhor consulte as bases, converse com o Prefeito de Londrina, vamos conversar com o Vice-Governador Orlando Pessuti, que coordena esse trabalho, mas eu me integraria, com muita dedicação, a uma campanha para fazer com que Londrina seja uma das subsedes aqui no Paraná. Vamos conversar sobre isso e vamos trabalhar juntos nesse sentido.

Agora, gostaria de registrar a presença do Vereador Eduardo Francisco Costa de Oliveira, o Edu, de Paranaguá, que vem trazer os seus cumprimentos ao nosso amigo Mário Roque, hoje empossado Deputado Estadual. E gostaria de, através do Edu, enviar os meus cumprimentos ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Vereador do meu partido, o Antonio Ricardo, e também aos meus amigos Vereadora Sandra Dudorinho, Vereador Nagel, que representa os evangélicos de Paranaguá, e o Vereador Rafinha, que tem uma atuação muito forte na área do esporte e do turismo. Peço ao Vereador Eduardo Francisco Costa de Oliveira que transmita os meus cumprimentos!

Quero registrar também a presença do meu amigo Daniel, de Campina Grande do Sul. Dizer que estive em Campina Grande na semana passada, almoçando com o Dr. Marcos Caron, e tenho que cumprimentar aqui publicamente o Hospital Angelina Caron, pelo excelente trabalho que realiza. Todas as pessoas de Curitiba que são atendidas nesse grande hospital da Região Metropolitana voltam encantadas com o centro de excelência que é esse hospital. Quero, Daniel, através de você, desejar também felicidades na gestão do meu amigo Leandro Zanetti, que é o Vice-Prefeito de Campina Grande, filho do meu amigo Toco, que foi quatro vezes Prefeito de Campina Grande do Sul. Espero que o Leandro possa ajudar o atual Prefeito a melhorar a sua gestão. Estivemos lá apoiando o atual Prefeito e torcemos para que ele faça uma boa gestão.

É com muito pesar, Sr. Presidente, que registro aqui, a pedido do Deputado Alexandre Curi - fui surpreendido por essa notícia, até porque a pessoa tem parentesco comigo - o falecimento do Sr. Leônidas Mocelin. Era um grande médico, uma pessoa conhecida de todos nós, pai do nosso amigo Marcos Mocelin, meu primo, que também é médico otorrinolaringologista. E quero aqui render a homenagem, em nome do Deputado Alexandre Curi, em meu nome e em nome do Presidente Nelson Justus, à família Mocelin por essa perda que nos deixa entristecidos. Mas tenho certeza que o Dr. Leônidas Mocelin aqui a sua mensagem de competência como médico, de dedicação, era uma pessoa que estava integralmente se dedicando à Medicina e eu, como Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, não posso deixar de lembrar o seu falecimento, mas também de aplaudir tudo o que ele fez de bom ao longo da sua vida.

Quero ainda, Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, cumprimentar a Santa Casa de Misericórdia, que hoje está completando aniversário. Eu faço parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, conheço o trabalho da Santa Casa, é um hospital que tem um excelente corpo clínico, tem funcionários abnegados, e a Santa Casa de Misericórdia merece todas as homenagens da população curitibana. É um hospital mantido pela Igreja Católica, com ajuda da sociedade curitibana, inclusive tem sido também ajudado pelo Governo do Estado, graças à emendas coletivas que foram apresentadas pela Comissão de Saúde junto com a 1ª Secretaria desta Casa Legislativa.

Vale a pena ajudar a Santa Casa, é um hospital que atende muito bem as pessoas, principalmente as mais carentes, a exemplo do que faz o Hospital de Clínicas, o Hospital Evangélico, o Hospital Cajuru, o Hospital Erasto Gaertner, que inclusive lançou a sua Associação de Amigos do Erasto há algumas semanas, essa Associação que é presidida pela amiga Ângela Zanlorenzi, que vai precisar muito da ajuda de toda a comunidade curitibana. As pessoas que quiserem ajudar a Associação dos Amigos do Erasto Gaertner, e também a Santa Casa, a Irmandade da Santa Casa, podem buscar informações no nosso site: [www.neyleprevost.com.br](http://www.neyleprevost.com.br).

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Ney Leprevost.

Gostaria também de parabenizar o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que aqui está na Assembleia Legislativa, é uma das raras unanimidades na política com relação à sua simpatia, sua simplicidade, enfim, ao seu carisma, e ele realmente está de parabéns, assim como o Estado do Paraná está de parabéns, a Cidade de Curitiba, mas também todas as Cidades da Região Metropolitana: estamos comemorando a vinda da Copa do Mundo para o nosso Estado.

Recebi aqui algumas perguntas da Universidade Federal do Paraná, com relação à criação da comissão do comitê que vai avaliar, dar sugestões e vai acompanhar a questão da Copa do Mundo aqui no Estado do Paraná. Ainda não está formada a comissão, ainda não existem nomes de Deputados, Parlamentares, políticos que estarão ainda nessa comissão, não é verdade Deputado Ney?

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Acredito que a Mesa Executiva, como é natural, pedirá a indicação das lideranças partidárias, cada partido indicará o seu representante.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Porque ela me perguntou assim: “O comitê é formado por várias entidades, de diversos setores ditos necessários à Copa do Mundo. O senhor acredita que esses setores estão bem representados? Por enquanto não temos nomes.”

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Veja, Deputado Rangel, na verdade o autor dessa proposição para a criação da comissão foi o Deputado Osmar Bertoldi. Então, seria importante conversar com ele sobre isso. No entanto, pelo que eu entendi aqui, teremos uma comissão de acompanhamento formada por Deputados, por membros da Assembleia Legislativa. E uma outra coisa é o comitê da Copa do Mundo, isso é separado da Assembleia. Acredito que até deva receber um ou dois membros da Assembleia como membros também desse comitê. Mas essas perguntas, seria interessante que o senhor direcionasse ao Deputado Osmar Bertoldi, que foi quem apresentou, aliás de maneira muito feliz, o requerimento para a criação de uma comissão de acompanhamento da Copa do Mundo aqui na Assembleia Legislativa.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Agradeço o aparte, Deputado Ney Leprevost, e também colocaria o meu nome à disposição para fazer parte dessa comissão.

Obrigado.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. É sempre um prazer ouvi-lo.

**O Sr. Plauto Miró (DEM)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Com atenção escuto o Deputado Belinati, mostrando da importância que tem a Cidade de Londrina, a estrutura que ela tem para receber também, aqui no Estado do Paraná, aquilo que Curitiba irá receber: jogos da Seleção Brasileira. E Londrina, como Ponta Grossa, eu aqui não posso deixar de falar, a 100 quilômetros de Curitiba, pista dupla, uma estrutura lá existe. Quero dizer mais, o Prefeito de Ponta Grossa, nosso companheiro político, demonstrou interesse já de investir no futebol ponta-grossense, no Estádio Germano Krüger. Posso aqui falar, o Deputado Jocelito Canto tem participação direta no Operatório, já esteve dirigindo o clube. Se for possível interferiremos para que Ponta Grossa esteja dentro de todo esse contexto que vai acontecer no Estado do Paraná e no nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Só para esclarecer, não serão jogos da Copa nessas Cidades, serão amistosos antes do início da Copa.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Gostaria só de dizer que temos acompanhado o Vice-Governador Orlando Pessuti, e já há uma indicação de Ponta Grossa. O atual presidente do Operário, Carlos Roberto Iurk, já está no comitê da Copa, indicado por nós

e pelo Prefeito Wosgrau. E temos o maior interesse por tudo isso que o Deputado Plauto acabou de falar. Ponta Grossa foi a primeira Cidade do Paraná a realizar uma partida oficial de futebol. Ponta Grossa tem a mais apaixonante torcida, que é a do Operário. Enfim, tem toda uma estrutura pronta para receber uma equipe que venha ficar alguns dias treinando. É isso que queremos, porque entendemos que fará bem para a Cidade.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Apenas uma questão de ordem, Presidente. Ontem foi protocolada uma proposição do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, sobre o combate ao tabagismo, uma proibição do fumo. Parece algo com intuito nobre, mas tem pontos bastante polêmicos. Seria interessante promovermos uma Audiência Pública, conjunta da CCJ e da Comissão de Saúde, para que toda a sociedade possa discutir esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Recebemos ontem a mensagem do Governador Roberto Requião a esse respeito, lemos aqui no plenário, uma vez lida passa as comissões e aí os debates irão acontecer. Até porque existem na Casa alguns projetos semelhantes, que poderão ser adequados ou criarem um substitutivo geral. A matéria será discutida, não tenha a menor dúvida disso.

O SR. OSMAR BERTOLDI (DEM) (Pela Ordem)

Só para esclarecimento à Casa. Foi criada, por um ato da Mesa, a Comissão de Assuntos e Acompanhamento da Copa; eu como Presidente, o Deputado Luiz Claudio Romanelli como Vice-Presidente, e como membros os Deputados: Reni Pereira, Ademar Traiano, Cida Borghetti, Neivo Beraldin e Elton Welter. Esse debate, explanado pelo Deputado Ney Leprevost, estaremos fazendo na semana que vem na comissão, com a presença do Vice-Governador Orlando Pessuti e do representante da Prefeitura de Curitiba. Esse momento será adequado para que a Assembleia Legislativa consiga trazer para essas Cidades, que todas são merecedoras de serem sub-sedes e tomarem proveito, no bom sentido, desse evento tão grandioso para a nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Presidente, membros da Mesa Executiva podem fazer parte das comissões?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi uma comissão especial, não é uma comissão permanente formada pelos Deputados. E o Deputado Osmar Bertoldi fez a indicação, os partidos fizeram as indicações dos seus membros.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

É que eu havia feito um acordo com o Deputado Duílio Genari, líder do meu partido, para que eu fosse indicado. Então, resolveremos isso internamente na Bancada do PP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que o partido de vocês pode resolver. Perfeito.

Antes de passar a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Neivo Beraldin, quero conceder a palavra para o Deputado Mário Roque.

### ***Deputado Mário Roque (PMDB)***

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, população do Paraná.

Não é um discurso de posse, porque é pela segunda vez que estou nesta Casa e, logicamente, quero deixar registrada a minha presença neste primeiro dia. Primeiramente, quero parabenizar à Presidência da Casa, pelo modo como conduziu o estudo para que não houvesse nenhuma dúvida quanto à minha convocação. Quero parabenizar, também, aos advogados da Procuradoria da Casa, que tiveram um trabalho profícuo, demonstrando assim sua capacidade e não deixando nenhuma dúvida quanto à minha permanência nesta Casa.

Quero, também, parabenizar ao Deputado Reni Pereira pelo seu pronunciamento. É de direito, era obrigação dele tomar essa atitude e jamais será recriminado pela minha pessoa, até porque há certas coisas na vida que não conseguimos entender. Estive nesta Casa, e quando ele retornou do tratamento de saúde em que eu o substituí, ele me parabenizava pela minha passagem por esta Casa. Hoje, obrigatoriamente, em função de ser um homem de partido, defendeu com veemência o direito de outro suplente, que é do seu partido, do PSB, a voltar a esta Casa, mas o Reni é meu amigo e fez aquilo que realmente deveria ter feito.

Quero dizer que gostaria de estar nesta Casa como todos os senhores aqui chegaram, desde o primeiro dia do mandato, mas, por motivos que já são de conhecimento desta Casa e de toda sociedade, a trajetória foi outra. Aqui estou para dizer ao povo de Guarapuava que não perdeu muito; se perdeu um guerreiro, ganhou outro. Estarei nesta Casa sempre atento, com a maior dedicação, para votar, para brigar pelos interesses da população daquela região. E ao povo do Litoral que me elegeu com 37 mil e 747 votos, a maior votação dada a um político do Litoral, vamos à luta. Estou aqui para representar os sete Municípios do Litoral: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, e a querida terra do nosso Presidente que é Guaratuba. Vamos reivindicar, vamos trazer a esta Casa tudo que é de direito.

Foi no Litoral que tudo começou. Começou este Estado. Talvez, por culpa nossa, por não termos representatividade, por não sermos capazes de ter gente aqui que reivindique na área de Saúde, de Educação, de meio ambiente, estamos atrasados em relação às Cidades que tem 60, 70, 80 anos, no Norte e Nordeste do Estado. Com 360 anos, estamos aí mendigando, pedindo pelo amor de Deus que alguém faça algo por nós, mas através de Vereadores, através do Prefeito e de alguns Deputados que não são oriundos daquela região, mas que lutam por lá, como Caíto Quintana, como o nosso Presidente Nelson Justus, que foi uma das pessoas mais votadas em todo o Litoral, Stephanes Júnior, enfim, vários Deputados que aqui estão e muitos, como Aníbal Khury, como Nestor Batista, hoje no nosso Tribunal de Contas, lutaram muito por Paranaguá. Mas não foi o suficiente para que pudéssemos acompanhar o avanço deste Estado pujante, que é o Estado do Paraná.

Quero dizer, então, nobres colegas Deputados, que estou nesta Casa para lutar pelos interesses de todo o Estado do Paraná. Sou um homem do PMDB, não trago rancores. Se muita gente pensa que trago problemas que aconteceram no passado, isso não vai ser resolvido aqui. Venho para somar, sou um homem de partido e estarei presente em todas as horas nesta Casa.

Quero agradecer a presença de um homem que me telefonou e que merece todo o meu respeito, uma hora antes de eu assumir, o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que fez questão de chegar de viagem e vir a esta Casa para me prestigiar; assim como o Vereador Edu, que está representando Paranaguá, a Câmara de Vereadores de Paranaguá. Agradecer a receptividade do Romanelli, do nosso Presidente, do Stephanes, do Amaral, que sempre que vim a esta Casa sempre fui recebido com toda a dignidade. Isso vai ter retorno.

Muito obrigado a todos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença dos Vereadores de Ivaiporã, a do Vice-Presidente e a do Presidente. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Iguatu, que nos honra com a sua presença.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar inicialmente a presença do querido político, Vice-Governador do Estado, nosso grande

amigo, Orlando Pessuti. Também quero dizer, já que não fui lembrado pelo nobre Deputado, recém-empossado, Mário Roque, que trabalhamos durante 20 e tantos anos para o Litoral e efetivamente, na prática, viabilizamos alguns milhões de reais que certamente devem estar marcados na história do Litoral. Se Guaraqueçaba hoje tem o ICMS que tem, se deve muito ao ICMS Ecológico, assim como Morretes, como Guaratuba, como Paranaguá, como Antonina.

Mas, venho à tribuna, estamos no início de um trabalho para sediar a Copa do Mundo. Mas temos, além disso, um problema crônico em Curitiba e na Região Metropolitana, que se trata da questão do transporte coletivo urbano. Estamos presenciando a grande dificuldade do trânsito. E efetivamente a população não tem visto uma saída prática para que possa ser amenizado o sofrimento desses que andam dentro dos ônibus em Curitiba e Região Metropolitana.

Então, vou tratar hoje de uma proposta que pode ser uma alternativa, inclusive, para o início dos nossos trabalhos em relação à infraestrutura para a Copa do Mundo.

Então, o arquiteto francês, Alfred Agache, foi o autor do primeiro Plano Diretor de Curitiba. Em 1943, ele sugeriu que o terminal rodoviário fosse complementado pelo ferroviário, para evitar o congestionamento das ruas de Curitiba.

Em 1985, o engenheiro Ayrton Cornelsen, que era o então Superintendente da SUDESUL, convidou o arquiteto e engenheiro Peter Paulichek, para que fizessem um estudo da questão dos nossos trilhos de trem, que cortam Curitiba e Região Metropolitana. Foi constatado que temos um sistema que é muito parecido com o sistema oval de Edimburgo, na Inglaterra. Se considerarmos que a linha do trem sai do Centro, vai para Piraquara, Pinhais, Tamandaré e todo o cerco da Região Metropolitana, teríamos a possibilidade de termos um outro sistema, o Sistema Expresso Metropolitano, semelhante ao utilizado na Inglaterra. Um esquema radial, que não interfere no trânsito da Cidade de Curitiba, como planejava o Alfred Agache, em 1943, que apenas direciona o transporte de massa para o terminal central de Curitiba.

Aqui, Curitiba volta aos trilhos. Foto do metrô de superfície, modelo do sistema que melhor se adequaria para Curitiba. Aqui, a nossa Cidade tem a seguinte possibilidade desse sistema se viabilizar: utilizando Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais até Curitiba, dá 38 quilômetros, onde em torno de 1 milhão de pessoas poderiam utilizar esse meio de transporte. Se observarmos que Piraquara, Pinhais e Curitiba, dá 38 quilômetros e Curitiba, Cachoeira, Almirante Tamandaré, 26 quilômetros, podendo chegar até Rio Branco do Sul. O sistema é muito simples, segundo o projeto.

Aqui temos cargas. Hoje, tem um trem que carrega mercadorias, movido a carvão, barulhento, que está prejudicando a população da nossa Cidade. Caberiam mais duas linhas de trem de passageiros, uma que vai e outra que vem. Temos um espaço absolutamente suficiente para chegarmos ao nosso objetivo, que é estabelecer o trem elétrico metropolitano. Temos espaço de 11,40 metros, para que pudéssemos ter três linhas de trem, mais paisagismo, ciclovia, mais nove metros, sem ter que desapropriar nenhum metro quadrado, aqui, região central de Curitiba.

O que seria necessário para colocar em prática esse trem? Reforço da malha existente; construção de duas linhas paralelas; eletrificação de 102 quilômetros - colocar o linhão da COPEL; adaptação e modernização do terminal central de Curitiba; reforma e adaptação das subestações já existentes; construção de 28 terminais, junto às avenidas conectoras, construção de oito passagens de nível; instalação de oito cancelas eletrônicas; vedação de toda a linha com alambrados, paisagismo, iluminação, ciclovias e tal.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria mais ou menos assim, como tem em Paris, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Recife, como tem no mundo inteiro nas grandes Cidades, de grande movimento de veículos, tem o trem elétrico que sai e que anda no meio da Cidade em cima dos trilhos, e nós aqui temos toda esta riqueza disponível e o Governo do Estado, ou a Prefeitura de Curitiba, ou o Governo Federal, poderiam perfeitamente utilizar-se, desde que fizessem apenas uma solicitação ao Ministério dos Transportes para que estas linhas fossem utilizadas, porque a concessão que a ALL tem é apenas para transporte de carga.

Agora, eu sei que esse é um assunto que envolve muito interesse econômico, e certamente aqueles que exploram as linhas de ônibus teriam dificuldade de aceitar em primeiro lance essa questão. Mas por que não dar uma concessão para que as linhas que operam, de ônibus, também possam operar, através de uma concorrência pública, as linhas de trem?

Principais vantagens: baixo custo de implantação, dispensa de desapropriações, execução rápida, atendimento direto a diversos Municípios, não poluente, silencioso, porque usa pneu de borracha, não apresenta risco ambiental, segurança, confiabilidade, manutenção barata, mão de obra especializada local.

E os trens, evidentemente, poderiam ser adquiridos nos Países europeus, como fez Mário Covas, enquanto Governador de São Paulo, importou os trens da Europa, porque lá eles têm um limite de uso, e que com uma simples reforma eles podem se adaptar no nosso sistema de transporte de passageiros da Região Metropolitana de Curitiba, certamente com menos veículos transitando dentro das nossas rodovias, das nossas Cidades, certamente teríamos um desfogamento do trânsito do Anel Central de Curitiba, e teríamos viabilizado, então, um

sistema justo para a população mais pobre, que precisa do transporte coletivo.

Agora, vejam os senhores, Deputado Scanavaca, temos aqui uma linha de trem que sai de Curitiba e vai parar em Antonina, certo? Esta linha tem até suíte. Você vai lá, compra a passagem, viaja, passa por Pinhais, Piraquara, Antonina, Paranaguá. Isso pode? Agora, não pode trazer aquele que precisa do ônibus diariamente. Como que ele pode sair de Piraquara, entrar no ônibus, ficar três horas para chegar em Curitiba, sendo que tem uma linha de trem que está disponível e que ele pode sair de lá as 10 e 10h05 estar em Curitiba, com a passagem menos da metade do custo, porque é movido a energia elétrica?

Então, esse sistema, segundo o projeto, ele se autopaga em dois anos, cobrando em torno de 80 centavos a passagem.

Então, por que não esquecermos só as linhas, deixando de lado só as linhas de trem que já existem, onde tem o linhão da COPEL que sai do Tatuquara e vai parar lá na Colônia Orleans? Por que não, embaixo do linhão da COPEL, um trilho de trem para que o trem possa levar as pessoas de forma, como já disse, mais rápida, com hora marcada de saída e chegada, em cada conectora terá sua estação de trem e sua estação de ônibus?

Isso não é discurso. Isso é projeto elaborado por engenheiros do mundo inteiro. Como já disse, esse projeto foi pago. E foi constatado que Curitiba e Região Metropolitana têm o melhor sistema do mundo para se utilizar o trem elétrico.

E vou mais longe: por que em Londrina, as pessoas tem que ir à Maringá de carro ou de ônibus? Por que não interliga de trem, que está lá no chão, disponível? Por que não se estabelece um trem para que as pessoas tenham menos acidentes? Por que não utilizarmos essa riqueza, esse instrumento maravilhoso que está disponível à população mais carente, que é aquela que usa sistema de transporte coletivo?

Então, Sras. e Srs. Deputados, pretendo também discutir esse assunto, como membro da Comissão da Copa do Mundo, discutir também com o IPPUC, com o Governo do Estado, enfim fazer com que esse debate seja afluído, seja mais bem colocado em termos de abertura mais ampla, que não pode ser feito agora neste momento, da tribuna da Assembleia. Mas, há todo um projeto de viabilidade técnica, há todo um projeto de engenharia à disposição para que possamos discutir esse assunto. Não quero dizer que esse assunto seja acatado prontamente, mas posso dizer que se fizermos uma parceria Municípios/Estado, e se for dada uma concessão para as empresas que exploram o transporte coletivo, para que congregue esse transporte ferroviário, certamente as duas partes sairiam ganhando. Certamente, um interessado sairia ganhando, que é o povo mais humilde que usa o transporte coletivo de Curitiba e da Região Metropolitana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.



## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PR. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV SINAL.

Primeiramente, gostaria de falar sobre essa questão da Copa. Há pouco tivemos a presença do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que tem sido um lutador para que cada vez mais a Copa do Mundo possa atrair recursos e divisas para a nossa região, para o Paraná e principalmente para o mundo esportivo e para o turismo. Queria aqui cumprimentar o Vice-Governador Orlando Pessuti, que tem se empenhado, tem trabalhado, em se dedicado, tem levantado essa bandeira.

Nós, da região dos Campos Gerais, estamos há muito tempo trabalhando essa questão da nossa Cidade ser a representante dos Campos Gerais. Pela tradição do futebol, queremos que Ponta Grossa possa ser contemplada com a presença de uma Seleção, no período em que as Seleções vêm para as Cidades. E que com isso, naturalmente, essas Seleções venham dar principalmente condições de melhoramento da infraestrutura das Cidades. Porque toda Cidade que recebe uma Seleção, recebe sempre investimentos. Às vezes até investimentos internacionais.

Então, estamos privilegiados em Ponta Grossa, primeiro porque temos uma infraestrutura completa. Ponta Grossa está a 100 quilômetros de Curitiba, pista dupla. Tem aeroporto, temos trem, temos o maior entroncamento rododiferroviário do Sul do Brasil. Temos condições, temos hospitais, temos modernas clínicas de saúde particulares, temos os maiores sistemas de saúde, SIATE e SAMU, enfim. E temos um dos pontos mais interessantes do mundo esportivo, temos em Ponta Grossa um povo apaixonado por futebol, tanto é que os recentes jogos do nosso Operário têm levado 8 mil pagantes ao Estádio Germano Krüger. Oito mil, às vezes nem em Curitiba dá com o Paraná Clube. Vejam a paixão do torcedor de Ponta Grossa pelo nosso Operário.

A Cidade tem créditos para receber, até porque foi sempre presente e haverá de se credenciar, está se credenciando nesse comitê, já está lá o representante do Município, que foi indicado, nosso presidente do Operário, o Carlos Roberto, que está lá no comitê representando toda a Cidade de Ponta Grossa e os Campos Gerais. Desde já queremos manifestar a nossa luta para que a Cidade possa receber uma Seleção.

Não adianta eu querer fazer uma coisa que eu não sei. Quando se fala de futebol, o mínimo que se tem que saber é jogar futebol. Agora, perna-de-pau, que nunca jogou futebol, querer falar de futebol, não pode! Cada um na sua. Por isso, que há muito tempo estamos trabalhando. Na campanha eleitoral falamos disso, a nossa campanha foi tratada em Ponta Grossa como uma Cidade que deveria receber a Copa do Mundo, receber uma equipe. Todo mundo sabe que não vai ter jogo da Copa lá, qualquer criança sabe disso. O que vai ter lá é uma Seleção que vai ficar lá 15 dias, 10 dias, oito dias. Se ela ficar um dia já vai ser lucro para a Cidade.

Um exemplo, Foz do Iguaçu hoje tem um dos melhores estádios do Paraná. Um dos melhores gramados para prática de futebol de campo está em Foz do Iguaçu. Sabe por quê? Porque no pré-olímpico, que foi realizado em Foz do Iguaçu, ou do outro lado do Paraguai, a Seleção Brasileira veio treinar em Foz do Iguaçu e CBF foi lá e fez o estádio do ABC, que é um dos mais lindos e dos melhores para praticar esportes. Adoramos jogar futebol em Foz do Iguaçu, porque o tapete é como o dos melhores estádios do País. O que fez isso? Foi a vinda do pré-olímpico para Foz do Iguaçu.

Esse é o nosso desejo, de Ponta Grossa. O nosso estádio é amigo, precisa passar por investimentos e a Cidade começa a querer ter vontade desses investimentos. Até o Prefeito, que não entende nada de futebol, está começando a gostar também. O Prefeito de Ponta Grossa não gosta muito de futebol, é um perna-de-pau, nunca viu futebol na vida, apesar que o pai dele foi goleiro do Operário. Agora, parece que ele começa a gostar de futebol também, pensando que para a Cidade tudo isso é bom.

Esperamos que a Cidade seja escolhida, estamos trabalhando nessa questão do turismo, que é muito importante também. Quando você faz um jogo lá em Ponta Grossa, quantas pessoas trabalham numa partida? Oito mil pessoas no estádio, uma arrecadação de R\$ 70 mil, num único jogo. Um espetáculo no mundo esportivo. Sem contar que você tem ali hotéis, restaurantes, todo mundo faturando. Até o menininho que guarda carro fatura um dinheirinho. Até o pessoal que vende pipoca, picolé, ganham seu dinheirinho.

O esporte, além disso, faz a meninada se espelhar em querer ser um craque um dia, e com isso vai praticar esporte. Quando o jovem pratica esporte, é um jovem barato para o Poder Público. Barato por quê? Quando ele pratica esporte, ele está bem de saúde, ele não vai a postinho, ele não toma remédio, é um garoto sadio. Segundo, um menino que pratica esporte não se envolve com drogas, é um garoto que está cada vez mais distante da droga, que é o maior mal que estamos vivendo hoje em todo o mundo e, principalmente, no Brasil.

Vamos lutar pela presença de uma Seleção na nossa região e vamos torcer que isso ocorra, porque seria importante para a Cidade de Ponta Grossa, pelo seu lado cultural, esportivo, que sem dúvida nenhuma é merecedor, pelo entusiasmo do seu torcedor, pelo entusiasmo da sua gente.

Ficamos bravo, Deputado Stephanes, quando vemos um empresário lá de Ponta Grossa, famoso, com muito dinheiro, Deputado Péricles, que faz investimento num clube aqui em Curitiba e não faz no Operário. Como dói no coração da gente, ver uma empresa como a Águia, uma grande empresa, patrocinar um jogo aqui. Com todo o respeito ao Coritiba, à torcida do Coxa, mas patrocinar o Coxa, pode até patrocinar, pode dar 100 mil, 200 mil, mas que dê 1 mil para o nosso Operário de Ponta Grossa!

Só lamento que aqueles bairristas que gritavam e batiam no peito dizendo que os políticos têm que se unir fazer as coisas, lá em Ponta Grossa, faziam discurso. Hoje eles vêm para aqui para o Coritiba jogar e não dão um centavo para o nosso Operário de Ponta Grossa. São aqueles que têm aquele velho costume: “Santo de casa realmente não faz milagre.”

## ***Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na verdade, a imprensa tem noticiado, desde o final da tarde de ontem, hoje todos os jornais estampavam, que a PETROBRAS finalmente resolveu reduzir o preço de alguns derivados de petróleo: o diesel e o combustível.

Mas vamos fazer algumas avaliações e algumas análises que entendemos necessárias que sejam feitas neste momento, em que a PETROBRAS anuncia o desconto no óleo diesel e também na gasolina.

Pois bem, há questão de um ano ou mais, o barril do petróleo bruto custava 147 quase US\$ 150. Hoje ele está sendo comercializado a US\$ 68 o barril, lá na refinaria.

A PETROBRAS, ao menos no balanço, no início do ano, eles têm apresentado, e as projeções feitas, dizem que a PETROBRAS teria um lucro, neste ano, de R\$ 35 bilhões.

Já nos manifestamos uma vez sobre esse números. Ora, se a PETROBRAS é uma empresa estatal e se o Estado é nosso, é da sociedade, não justifica, em absoluto, uma estatal ter esse lucro exorbitante.

Além desse lucro que a PETROBRAS obteve, o que ela teve no passado e as projeções nesse ano, existe já nessa empresa, e todos nós queremos bem a estatal, deixar claro, tem que ser dito, existe uma série de denúncias sobre a contratação de obras sem licitação, sobre os aditivos que aumentaram 100, 200%, e o Congresso Nacional, mais precisamente o Senado, se mobilizaram para a instalação e a criação de uma CPI para apurar possíveis irregularidades nas obras da estatal, liderada pelo Senador do Paraná, Osmar Dias.

Conseguiram as assinaturas suficientes e esperamos que essa CPI possa ser instalada e possa esclarecer as dúvidas que foram levantadas, tanto pela imprensa a nível nacional, quando o Congresso Nacional.

Vamos àquilo que disse sobre os descontos da PETROBRAS. Dá-me o direito de pensar, Srs. Deputados, que a PETROBRAS anunciou ontem um desconto de 15%, tendo em vista a proximidade da instalação e dos fatos que possam ser apurados lá na PETROBRAS pela CPI. Dá um desconto de 15% sobre o óleo diesel na refinaria. Você dá um desconto de 15% na refinaria, e por outro lado, existe o imposto chamado CIDE, e toda a pessoa que abastecia o seu carro, a sua máquina agrícola, quando abastecia com óleo diesel, o CIDE sobre o litro de diesel incidia três centavos. Agora, a PETROBRAS deu um desconto de 15% na refinaria, mas aumentou o CIDE em quatro centavos. De três foi para sete centavos o CIDE.

Houve um desconto anunciado ontem 4, 5% sobre a gasolina. Mas isso não vai ter reflexo no consumidor. Por que não vai ter reflexo? Porque no mesmo índice que há o desconto na gasolina, há o aumento no CIDE. O que não ocorre com o diesel. O diesel, na verdade, no consumidor ele chegará com desconto em torno de 9%.

E agora vejam, Srs. Parlamentares, qual é a carga tributária que incide sobre o combustível. No litro de gasolina nós pagávamos, para abastecer o carro, 18 centavos sobre o litro da gasolina. Agora, foi para 25 centavos. É um valor altíssimo!

Nós lembramos que há poucos dias, um dos proprietários de posto de gasolina, se não me falha a memória mora em São Paulo, ele abasteceu durante um período no seu posto, e a gasolina para as pessoas foi limitada em 20 litros e abastecia sem a cobrança do imposto que incide sobre a gasolina. Qual foi o resultado? Um desconto de 53%. Mais da metade do valor que pagamos no posto de gasolina se refere a imposto.

Quer dizer, é altíssimo, não é concebível! É a forma mais adequada que o Governo encontra para fazer a tributação. Isso aconteceu no Paraná quando votamos, no ano passado, a reforma tributária. Não tem como você sonegar, você paga ali na produção.

Quer dizer, aumentamos o ICMS aqui no Paraná em dois pontos. Mas na verdade, sobre o valor do ICMS, aumentamos quase 10% o ICMS sobre a gasolina.

Fiz essas considerações no dia de hoje, que acho importantes, porque a sociedade do Brasil e aqui no Estado do Paraná deve saber quando o Governo dá um desconto, ele dá um lado, mas do outro lado ele toma também. Na gasolina não teve reflexo nenhum, porque deu desconto, mas aumentou aqui. No diesel não.

Espero que ao mesmo esse desconto que foi concedido, que isso tenha reflexo no transporte rodoviário, no transporte dos alimentos, no transporte da produção agrícola e no transporte também de passageiros. Esperamos que com essa redução de 9% do diesel, nessa planilha de custo em que é feito o preço da passagem, tenhamos quanto representa o diesel na composição do custo da passagem. Ora, se houve uma redução do diesel, se chegar a 9% para os proprietários de transporte coletivo, isso tem que refletir também para o nosso passageiro, para a pessoa que usa o transporte.

Então, esse alerta nós fizemos. Fiz questão de fazer esse comentário. Agradecer também e dizer que pela primeira vez a PETROBRAS está usando da sua coerência, já que reduziu o petróleo de US\$ 147 para US\$ 68 o barril sem considerar a valorização do real e a desvalorização do dólar, o que tem que ser compensado.

No encerramento deste pronunciamento, gostaria de dizer que ontem falamos sobre o porto de Antonina, ou seja, a TPPF, Terminais Portuários de Ponta do Félix, e nós, com toda certeza, amanhã voltaremos sobre esse assunto, porque é um tema que não pode permanecer em silêncio. Não podemos aceitar isso aqui, já que a Câmara Municipal de Antonina abriu uma CPI para apurar possíveis irregularidades. Não seremos levianos de dizer que há irregularidades, mas queremos saber o que aconteceu nessa primeira negociação da comercialização das ações que a PREVI teve e o que tem nesse consórcio da Ponta do Félix, que não foi concretizado por causa de algumas exigências, depois se abriu mão e todos os documentos que temos em nossas mãos mostram claramente que alguma coisa duvidosa está acontecendo na Ponta do Félix, em Antonina. O Município de Antonina não pode ser penalizado, ele seria o grande beneficiário, porque nessa primeira negociação iria se investir 200 milhões, e quando vai se investir agora, caso haja a comercialização?

Só para dizer aos senhores e lembrar novamente que na Ponta de Félix, na TPPF, tinha 30 funcionários e hoje tem apenas 180. Lá encostavam quatro navios por semana, de frigoríficos, e hoje encosta apenas um navio. Então, amanhã vamos fazer outras considerações em relação a essa negociação e sobre a Ponta do Félix, lá em Antonina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

### ***Liderança do PDT: Deputado Fernando Scanavaca***

O SR. FERNANDO SCANAVACA

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sábado passado estivemos em Paranaguá, participando do 3º Encontro Suprapartidário de Lideranças - o Projeto Paraná - para discutir os destinos do Litoral paranaense e do Estado do Paraná, sob a liderança do Senador Osmar Dias, quando anunciou que conseguiu viabilizar junto ao Governo Federal, emenda de bancada no valor de R\$ 12,8 milhões para o fortalecimento da indústria turística do Litoral, o que deve ajudar bastante a região a receber visitantes durante a Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Estes encontros, idealizados pelo Senador Osmar Dias, são importantes para a formação de consciência entre os cidadãos paranaenses, na medida em que os chama para partilhar responsabilidades. E terão sequência

conforme foi anunciado nesta 3ª reunião que foi realizada no Instituto Superior do Litoral do Paraná SULPAR, com objetivo de ouvir as propostas para o plano de Governo que ele pretende apresentar em 2010. A entrevista coletiva concedida pelo Senador Osmar foi transmitida para mais de 150 emissoras de rádio de todas as regiões paranaenses, tendo como cabeça de rede a FM Ilha do Mel.

Deputados Federais: Professor Picler do PDT, Ricardo Barros do PP, Abelardo Lupion do DEM e Ratinho Júnior do PSC; e Estaduais: Luiz Carlos Martins do PDT, Marcelo Rangel do PPS, e este que vos fala; Prefeitos: o anfitrião José Baka Filho; o de Umuarama, Moacir Silva; o de Planalto, Nelson Lüersen; o de Morretes, Amilton de Paula da Silva-PT; de Colombo, José Antonio Camargo; de Quatro Barras, Loreno Bernardo Tolardo; de Sabáudia, Almir Batista dos Santos; Mandirituba, Antonio Maciel Machado; Vice-Prefeito de Maringá, Carlos Roberto Pupim; Vereadores, entre os quais o Roberto Inça, da Capital, além de outras autoridades de diversas regiões paranaenses participaram do evento.

Destaque especial para a expressiva presença de mulheres lideradas por Maria Tereza Dias e Jozaine Baka. Comissões discutiam temas como água, meio ambiente, agricultura, abastecimento, infraestrutura, ações sociais, Saúde, Segurança, esporte, lazer, desenvolvimento econômico, tecnologia, Educação, cultura, administração, turismo. A realização deste evento evidenciou, mais uma vez, o preparo do Senador Osmar Dias para dirigir os destinos do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no horário do PMDB, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para registrar o dia de amanhã, dia importantíssimo para a minha Cidade de Foz do Iguaçu, que comemora 95 anos de emancipação político-administrativa. Já foi registrado aqui pelo Deputado Chico Noroeste, e eu não posso deixar de registrar e reconhecer a grande pujança de Foz do Iguaçu, embora, Sr. Presidente, passa por um momento muito difícil, que nem teríamos muito a comemorar neste dia 10 de junho, em que comemoramos o aniversário da Cidade.

A Saúde realmente é um caos. Eu vi ainda há pouco Deputados que destacavam a presença das Santas Casa, Deputado Ney Leprevost e Deputado Felipe Lucas. E na nossa Foz do Iguaçu, infelizmente o atual administrador deixou fechar a Santa Casa. Foi vendida, Deputado Elio Rusch, a um terceiro, foi a leilão. Os funcionários sequer receberam os seus salários, e quem comprou, também deixou. A Santa Casa, até agora, está um monte de sucata.

Eu que acompanhei a Santa Casa por muitos anos, como Prefeito passei recursos do Município para a Santa Casa, que vive de ajuda, principalmente dos Governos. E lá em Foz do Iguaçu, por falta de ajuda de administração local, a Santa Casa fechou. Para nós é um remorso muito grande, o papel das Santas Casas neste Paraná e no Brasil afora, e a nossa abandonada. Deixa um trauma muito grande para nós e para Foz do Iguaçu. Iniciou-se um grande hospital e até agora está parado no meio do caminho.

Essa é a situação do nosso Município, nesses 95 anos de emancipação política, e totalmente abandonado. A Cidade está tomada pelo matagal, buracos nas ruas. E agora, felizmente, o Governo do Estrado está liberando R\$ 15 milhões para que a Prefeitura possa fazer alguns reparos, porque as obras que tem estão paradas hoje. Foz do Iguaçu é uma grande Cidade, tem seu nome no mundo inteiro, é destino turístico do mundo e hoje está numa situação muito difícil.

Espero que o atual Prefeito possa dar uma guinada, porque tem um grande orçamento, que possa fazer alguma coisa para melhorar a Cidade, para que no próximo aniversário possamos comemorar, de direito e de fato. Mas hoje, eu diria, não tenho muito que comemorar. Diante do grande orçamento que tem não poderia, de forma alguma, se encontrar nesse estado. Pouco tenho me manifestado com relação à situação de Foz do Iguaçu, para não constranger, porque o atual Prefeito é meu adversário. Estou tentando ajudar, temos conversado de forma administrativa.

Estou vendo aqui a manchete do jornal O Paraná, em que destaca: *Antiga Fazenda Modelo Mitacoré hoje em ruína*. É uma verdade! É outra coisa que dá uma tristeza quando passo de carro por ali, e hoje está entregue ao matagal. É um vexame! E já foi alvo de denúncias que lá dentro tinha gente distribuindo drogas, mas a Polícia está cuidando disso.

Logo abaixo vem um questionamento do Senador Osmar Dias, que respeitamos muito, falou da fazenda abandonada e disse que o Paraná está abandonado. A fazenda abandonada é verdadeira. Agora, não é muito diferente da Cidade de Foz do Iguaçu, que o atual Prefeito é defendido pelo Senador Osmar Dias, está também totalmente abandonada.

#### O Sr. Chico Noroeste (PR)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiro, muito obrigado pelo aparte, Deputado Dobrandino.

Gostaria de dizer que, da mesma forma que a população de Foz do Iguaçu, recebemos essa notícia do repasse dos R\$ 15 milhões para Foz do Iguaçu com muita satisfação, com muita alegria. Certamente é uma monta de recursos considerável, que vai muito ajudar a Cidade de Foz do Iguaçu no que diz respeito à pavimentação asfáltica, para preparar a nossa Cidade de infraestrutura.

Sei que dentro desses R\$ 15 milhões está uma monta, também muito grande, que vai melhorar a infraestrutura turística, vai preparar a nossa Cidade.

Da mesma forma que a população merece uma Cidade bonita, linda, bem preparada, os nossos turistas merecem. Então, tenho certeza que vem ao encontro da população de Foz do Iguaçu, de todos os bairros, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, e vem ao encontro do que pensamos de ver uma Cidade preparada, uma Cidade bonita, digna de receber os turistas, de proporcionar melhores condições aos turistas que vêm do mundo inteiro para Foz do Iguaçu.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Muito bem. Embora, Deputado Chico, não entenda como chegou nessa situação a Cidade de Foz. V. Exa. ainda, há pouco tempo, aqui da tribuna, comentava sobre a colocação da Cidade na arrecadação do Paraná, que é a quarta ou a quinta, se não me engano, e isso se deve em grande parte a V. Exa., que era um Deputado que muito me ajudava aqui, numa luta que travamos daqui a Brasília, para que o ICMS de Itaipu ficasse para Foz do Iguaçu, porque antes era distribuído a metade para Foz e metade para os outros Municípios, daqui a Guaíra, mais Município do Mato Grosso. Nós ganhamos na Justiça. Isso colocou Foz numa colocação diferenciada das outras Cidades. Haja vista que o orçamento de Foz do Iguaçu, comparado com Cascavel, é quase o dobro. Então, não poderia jamais ela se encontrar nessa situação que se encontra hoje.

Felizmente, agora, o Governo está socorrendo. Nós temos, há muito tempo, pedido isso. O Governo está liberando recurso. Então, imagino que, num prazo muito curto, esses recursos liberados pelo Governo vão melhorar, e muito, e poderão ajudar a dar uma cara nova a Foz do Iguaçu, no visual, que hoje, está realmente muito feia a nossa querida Foz do Iguaçu.

Muito obrigado, Deputado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PRB/PSB/PV.

(Declina)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Elio Rusch, que preside a Sessão neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar aos nossos telespectadores da TV SINAL, que está tendo uma audiência muito grande. Pessoas formadoras de opinião, pessoas que se interessam pela política têm participado, têm assistido à

TV SINAL e têm, inclusive, enviado sugestões, críticas e elogios, por meio da internet, para o nosso trabalho aqui na Assembleia Legislativa.

Mais uma vez, hoje, percebi a presença entre nós do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. Acho que ele deve vir a nossa Casa sempre que ele achar interessante, é um convite nosso. Mas, gostaria de fazer um convite ao nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti, para que fosse a Jardim Alegre, para ver a situação de falta de Segurança daquele Município. Hoje foi a posse do Roque, o Vice-Governador estava aqui. Dias desses foi a posse de um outro Deputado, o Vice-Governador esteve aqui. Teve a discussão da Copa do Mundo, o nosso Vice-Governador foi lá para ver o sorteio da Copa do Mundo. Ótimo! O Brasil vai ser contemplado. A Copa do Mundo vai acontecer. Os Deputados tomaram posse vão fazer um belíssimo mandato, é isso que a população espera. Mas, o que cobramos aqui é que a Segurança no Município de Jardim Alegre precisa melhorar, eu já falei dias desses aqui, e é da região do Pessuti. Precisamos que melhore, aumente o efetivo da Polícia.

Eu sei que o Vice-Governador é gente boa, é uma pessoa simpática, todo mundo gosta de conversar com ele, é bom de discurso, mas ele que quer ser candidato a Governador, está reunindo o pessoal do PMDB, precisa melhorar a Segurança Pública no Município de Jardim Alegre. Aliás, não só no Município de Jardim Alegre, mas do Paraná inteiro. Estou falando especificamente de Jardim Alegre, porque a informação que eu tenho, e faz duas semanas que conversei aqui com os Srs. Deputados, não se alterou em nada ainda. O número de policiais, que há alguns anos atrás era de 12, em Jardim Alegre, para oferecer Segurança àquela população, hoje tem cinco, uma infraestrutura bem menor. E estamos cobrando, pedindo melhorias, pedindo que a Segurança Pública seja discutida nesta Casa.

Queria lembrar, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que está muito atento ao que estamos conversando, que aprovamos nesta Casa, há algum tempo, um convite, não foi uma convocação, até foi uma forma simpática da nossa parte, o Deputado Romanelli também ajudou a aprovar, um convite para que o Secretário da Segurança Pública viesse à Assembleia Legislativa, não em reunião fechada, mas em reunião aberta, em uma Sessão Plenária para discutir a Segurança Pública no Paraná, para ele ouvir sugestões, não só da nossa parte, mas de outros Deputados. Eu conversei com os Deputados e a maioria não está contente com a Segurança Pública no Paraná.

Então, a ideia de trazer o Secretário da Segurança, aqui, é para que ele possa conversar com os Deputados, mas até agora ele não aceitou. O Secretário da Segurança Pública ainda não veio aqui, não sei se entrou em contato com o Presidente Nelson Justus, não estou sabendo de nada. Vou dar uma de Luiz Inácio Lula da Silva: não estou sabendo de nada. E agora eu não estou sabendo de nada com relação à Segurança Pública; se o Secretário virá aqui ou não.

Deputado Leprevost, eu já vi o movimento dos Vereadores de Curitiba, aliás, estão de parabéns, que estão convocando o Secretário para que esteja na Câmara de Vereadores, para que possam discutir.

O Secretário da Segurança Pública não atendeu o convite da Assembleia para vir aqui.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

#### **O Sr. Ney Leprevost (PP)**

Deputado Douglas, não tenho dúvidas que a Segurança Pública é uma questão que preocupa a todos nós. O senhor na sua região, toda a região próxima a Campo Mourão, está defendendo que o Estado disponibilize mais viaturas, mais policiamento, a melhoria do salário dos policiais, que o Governo teve uma oportunidade agora e desperdiçou, mas espero que reflita, que na frente melhore o salário da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Não tenho dúvida de que o Secretário da Segurança Pública, que conheço, é uma pessoa educada e que respeita a independência dos Poderes, mas a harmonia entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, não tenho dúvida de que ele atenderá esse convite. O senhor citou o meu nome no meio do seu pronunciamento, a minha opinião é que nos próximos dias deverá marcar uma vinda a esta Casa. Tenho certeza de que o Secretário, como pessoa educada e dedicada que é, não irá se furtar de responder às perguntas que os Srs. Deputados tiverem a fazer. E eu, inclusive, tenho várias sugestões nessa área também, que quero apresentar ao Secretário. Não são críticas pessoais, de modo algum, jamais fazemos isso aqui. São sugestões construtivas, para melhorar o policiamento.

Cada Deputado tem reivindicações da sua região. Em Curitiba, que é um grande centro urbano, não fugimos à regra dos grandes centros urbanos nacionais. Aqui e na Região Metropolitana a situação é também bastante difícil. Acredito e tenho uma expectativa positiva de que o Secretário deva estar conosco nos próximos dias.

Obrigado, Deputado.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Deputado Ney Leprevost, nunca fizemos críticas à pessoa do Secretário, e sim à questão da Segurança Pública, que todos nós aqui estamos trabalhando para melhorá-la. O nosso convite é para que ele venha aqui, não em Sessão fechada, mas no plenário, para que tenhamos a oportunidade de discutir e conversar com os Deputados, que têm, com certeza, muitas sugestões.

Tenho muitas dúvidas. Por exemplo, em Jardim Alegre, um Município que o nosso Vice-Governador Pessuti tem uma influência muito grande política, e poderosa, tem apenas cinco policiais. Fico imaginando em uma Cidade menor que Jardim Alegre, que não tem uma pessoa do porte do Pessuti para defendê-la. Tenho dúvidas quanto ao número de policiais em cada Município do Paraná, que oferecerem melhor Segurança à população.

Com a vinda do Secretário, talvez ele possa nos esclarecer isso e outras dúvidas, como se o Governo vai melhorar o salário dos policiais militares e dos policiais civis, a infraestrutura dos presídios do Paraná, que estão superlotados, para podermos voltar à nossa região e falar claramente a situação da Segurança.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel, e na sequência ao Deputado Mauro Moraes.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Vamos falar sobre Segurança, e quando se fala nela falamos de dados impressionantes e inacreditáveis, em saber que o Estado do Paraná tem praticamente o mesmo efetivo dos anos 80, o que é algo estarrecedor e triste. Estamos passando por um problema muito grave na área da Segurança.

Conversamos com o Secretário da Segurança no ano passado. O senhor estava presente na região, com os líderes, em uma reunião praticamente fechada. Mas os compromissos assumidos nessa reunião, infelizmente, não foram cumpridos e não vi avanços. Vamos ter que convocá-los aqui na Assembleia Legislativa, através do Presidente da Comissão de Segurança, que vai falar agora. Como temos pouco tempo, vou passar a palavra a ele.

#### **O Sr. Mauro Moraes (PMDB)**

A pedido da própria liderança fizemos um convite verbal, no início de maio, e não fomos atendidos também. Oficializamos ontem ao Secretário. Ele tem 20 dias para marcar uma data. Se ele não marcar a data, será, obviamente, convocado pela Comissão de Segurança.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade, o senhor cedeu um tempo maior que os 10 minutos.

O Deputado Mauro Moraes já se manifestou, dentro de 20 dias, se o Secretário não vier aqui a convite feito pela Presidência e nós todos, aí será convocado pela Comissão de Segurança.

Era isto. Estamos aqui para defender a população do Paraná e o assunto foi Segurança Pública.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Romanelli.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, como temos uma pauta a ser votada, embora ache que o Deputado Douglas Fabrício mereça resposta, vou preferir fazê-la amanhã, na Sessão de quarta-feira, vou responder esse tema que envolve a Segurança Pública, mas quero abrir mão de poder falar agora para poder, de fato, vencer a pauta que temos aqui.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeito, vamos aguardar amanhã, então.

## **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, resposta à questão de ordem, subscrita pelo Deputado Nelson Justus, constante do expediente, encaminhando respostas as questões de ordem formuladas pelos Srs. Deputados Jocelito Canto, Protocolo de Plenário nº 002423-26/05/09, Protocolo Geral nº 6919 de 26/05/09 e Nereu Moura, Protocolo de Plenário nº 002454-25/05/09, Protocolo Geral nº 6915 de 26/05/09. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

A conclusão da questão de ordem levantada pelos Deputados Jocelito e Nereu Moura, pelo acatamento da questão de ordem formulada pelo Deputado Jocelito Canto, pelo não acatamento da sugestão formulada pelo Deputado Nereu Moura, em virtude da existência de conflito de dispositivos regimentais entre o inciso XXIII do artigo 18 e alínea “a”, do inciso X do parágrafo 2º, do artigo 3º, do Regimento Interno, tendo como resultado a apresentação de uma proposta de alteração regimental corretiva, de autoria da Comissão Executiva.

Nós apresentamos esta alteração regimental corretiva, que será lida na Sessão de hoje.

Portanto, cabe a questão de ordem, defere-se a questão de ordem do Deputado Jocelito Canto, e apresentamos na Sessão de hoje uma emenda corretiva da Mesa Executiva.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Professor Lemos, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Questão de Ordem)**

Eu dizia agora há pouco a V. Exa., e ontem na Comissão de Constituição e Justiça, na reunião, formulei ao Presidente Durval Amaral um tema que, na minha avaliação, parece muito relevante, principalmente considerando que a Casa implantou o COPELEGIS, e ao mesmo tempo estamos procurando nos aprimorar na análise da constitucionalidade, na legalidade das proposições que são aqui apresentadas, de toda natureza, emenda constitucional, projetos de lei ordinários, complementares, nas mais variadas formas do processo legislativo.

Me parece absolutamente incoerente, e penso que a Mesa poderia, com base no próprio regimento, adotar um procedimento que, embora seja necessário se formar uma Comissão Especial para se poder tramitar uma Proposta de Emenda Constitucional, uma PEC, a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, tem que ser chamada a opinar sobre a constitucionalidade da PEC,

porque reunimos na Comissão de Constituição e Justiça os Deputados que têm representatividade na Casa, que têm experiência, e muitos, embora não tenham formação jurídica, adquiriam, ao longo do tempo, um conhecimento muito importante nessa área. E ao mesmo tempo, temos percebido que as Comissões Especiais, que são formadas para analisar a constitucionalidade, recebem a indicação dos partidos e muitas vezes, por conta até do procedimento do processo legislativo, ou seja, da forma que é conduzido, não é analisada de forma efetiva a constitucionalidade de uma PEC.

Então, a questão de ordem que formulo é que, se com base no Regimento atual, Sr. Presidente, não é possível que possamos primeiramente fazer com que a PEC possa tramitar no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, para que esta possa analisar sob, obviamente, a questão da admissibilidade em termos da possibilidade da PEC tramitar ou não na Casa. Porque muitas PECs são apresentadas como uma forma de tentar driblar aquilo que está estabelecido no Regimento e na própria Constituição. Como se fosse possível tratar temas que são da esfera da competência de outro Poder, enfim. Mas, que na leitura simplista, sem a sistemática do ordenamento constitucional, tanto federal quanto estadual, acaba-se por entender que é possível superar a inconstitucionalidade com base numa PEC e não projeto de lei. Se isso fosse efetivamente encaminhado à Comissão de Justiça, para que pudesse fazer pelo menos um juízo de admissibilidade sob a constitucionalidade da PEC, e aí sim ela iria para a Comissão Especial, que naturalmente poderia aprofundar inclusive a discussão que acaba sendo do próprio mérito da PEC.

Formulo essa questão de ordem, no sentido de aprimorar o processo legislativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Respondo à questão de ordem de V. Exa., baseando-se, claro que hoje pela manhã discutíamos logo cedo com o Deputado Durval Amaral, com os membros do COPELEGIS, que nós carecemos é de uma urgência extraordinária, uma reforma no nosso Regimento Interno. A proposta que tenho é que até agosto este Regimento esteja pronto e que possamos votá-lo ao final deste ano. Mas, vejo com bons olhos a colocação de V. Exa., porque ao enviarmos ao departamento, ao Diário Legislativo da Assembleia, vou encaminhar automaticamente ao COPELEGIS, que vai me dar o parecer se precisarmos discutir na Comissão de Constituição e Justiça ou no Plenário.

O objetivo nosso aqui é realmente errarmos o menos possível. Temos que entender, evidentemente, que aqui não é uma fábrica de leis. O que menos precisamos é de novas leis. O que precisamos realmente é de mecanismos para aplicá-las. De qualquer maneira, aquilo que já foi recebido, vai ser publicado. Vai o Centro de Operações Legislativas falar, se for preciso a CCJ, o Plenário, enfim. Vamos adotar esse procedimento.

Ofício s/nº, subscrito pelos Deputados Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk e pela Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando a manutenção do Bloco Parlamentar PSB/PRB/PV, conforme dispõe o artigo 12 do Regimento Interno, tendo em vista que mantêm o número mínimo exigido, até que seja julgado pelo Poder Judiciário, em definitivo, sobre a questão da suplência aberta com a renúncia do Sr. Ribas Carli Filho. Informando ainda que o ilustre Deputado Reni Pereira responderá pela Liderança do Bloco. **À Mesa Executiva.**

Ofício nº 198/09, subscrito pelo Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, comunicando que em função de compromissos públicos assumidos, estará na Sessão Plenária na manhã de quarta-feira, dia 10/06/09. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 724/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, atenção especial à necessidade de aquisição de veículo e iluminação pública no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 725/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção do acostamento na rodovia PR-323, no trecho entre o Município de Paiçandu e Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 726/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a reforma da Unidade Básica de Saúde, no Jardim Alvarado, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o Deputado Chico Noroeste para a vaga de suplente da Comissão de Constituição e Justiça na vaga do Bloco PTB/PR, sendo que o titular é o Deputado Fábio Camargo. **À Comissão Executiva.**

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de deixar registrada a minha manifestação de não apoio ao primeiro projeto. Voto contrário.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2809, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli, Luiz Nishimori, Dr. Batista e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 de junho (quarta-feira), para o período da manhã do dia 10/06 às 10h e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que estabelece normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos no Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 004/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º A publicação dos atos oficiais dos Poderes Públicos Estadual e Municipal, no Estado do Paraná, será feita com letra em tamanho nunca inferior à fonte 08 (oito), sejam elas veiculadas em impressos escritos ou via internet.

Parágrafo Único. As publicações, de que trata este artigo, devem ser veiculadas em seções especiais, com abertura de página e chamada de letras maiores expondo as finalidades para quais os referidos atos são publicados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/06/09.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede no Município de Campo Mourão. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 218/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/06/09.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/08, que objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS; entidade autárquica vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CEMA . COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 515/08

### **P A R E C E R :**

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo, objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e dá outras providências.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade. Após, foi enviada para a Comissão de Meio Ambiente, que formulou algumas emendas, que restaram aprovadas pela CCJ.

Em primeira análise este relator houve por bem a baixa em diligência para esclarecimentos pertinentes aos cargos a serem extintos e criados. Sendo efetivada a baixa, houve envio de resposta, consubstanciada em Ofício CEE/CC 1886/09, assinado pelo Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro.

Pois bem, em linha geral, essa resposta apenas notificou que, em relação ao impacto financeiro, ocorrerá redução de tal valor. Ainda mais, haverá redução de gasto, gerando propensa economia aos cofres públicos. Em essência, a resposta se limita a responder algumas questões.



Ocorre que, em relação especificamente a previsão orçamentária e de previsão em lei, não houve resposta detalhada, tão somente fazendo referência a rubricas amplas, que não atendem o disposto do artigo 169 da Carta Magna. Assim, é de se concluir que a resposta enviada não respondeu, de modo pleno, as questões formuladas. Entretanto, por ponderar que os esclarecimentos faltantes podem ser realizados no decorrer do trâmite regimental, nosso parecer será pela aprovação, ante a relevância da medida a ser adotada.

Na mesma oportunidade, apresentamos três emendas ao projeto, que seguem como anexo. A primeira emenda é apresentada em homenagem ao princípio da separação dos poderes, presente no artigo 2º da Constituição Federal. Isso porque é cediço que a exploração de serviço de água e esgoto é de competência do Município, tal como disposto na Constituição Federal. Assim sendo, não compete ao Poder Legislativo Estadual adentrar tema de competência dos Municípios, na medida que fere a separação e independência dos poderes. Concluindo, a emenda defende a autonomia entre o Estado e Municípios.

A segunda emenda é proposta para se estabelecer tratamento isonômico, conforme artigo 5º da Carta Magna, aos pequenos proprietários que exercem a piscicultura, como renda acessória ou principal, sendo que poderão ter suas rendas obstadas se a redação da nova lei não for clara em relação a eles.

A terceira emenda é apresentada para que haja adequação da mensagem, conforme a própria resposta advinda do Poder Executivo, sob pena de ilegalidade.

Por ser assim, o parecer é pela aprovação do projeto, com a adoção das emendas apresentadas. Reitera-se ainda, nessa passagem, a necessidade de apresentação das informações sobre as questões não respondidas na baixa em diligência.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Suprime-se do artigo 41 do presente projeto o parágrafo único passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 41. Nos casos de prestação regional dos serviços públicos de água e esgoto prevista no artigo 14 da Lei nº 11445, de 05/01/07, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas pelo Instituto Paranaense das Águas, desde que haja delegação dos respectivos titulares, mediante convênio de cooperação ou consórcio público.”

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Elio Rusch e uma ilegível.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Passa o artigo 38 do presente projeto a contar com a seguinte redação:

Art. 38. O parágrafo único do artigo 53 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53...

Parágrafo Único. As captações e o uso destinados à produção agropecuária, a piscicultura e a irrigação de pequenos produtores rurais serão isentas da cobrança pelo direito de uso da água.”

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Passa o artigo 17 do projeto de lei nº 515/08 a contar com a seguinte redação:

“Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para implementação desta lei, servindo como recursos os saldos das dotações orçamentárias quando do encerramento contábil da extinta Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, do superávit financeiro existente na SUDERHSA e das estimativas da arrecadação próprias do Instituto Paranaense das Águas resultantes de serviços, convênios e outras receitas.”

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 515/08

Acrescentar o artigo 52 no Projeto de Lei nº 515/08, com a seguinte redação:

Dos imóveis mencionados no artigo 7º que passam a fazer parte do Patrimônio do Instituto Paranaense das águas, as fábricas de tubos de concreto de Arapongas, Paranaíba e Cruzeiro do Oeste, sejam transferidas ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem), com finalidade de que o mesmo produza tubos de concreto e possa dar apoio as drenagens urbanas e rurais aos Municípios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Jonas Guimarães, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson e Felipe Lucas.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 02

Acrescentar o artigo 53 no Projeto de Lei n° 515/08, com a seguinte redação:

Que os equipamentos utilizados na perfuração de poços artesianos, sejam destinados a SANEPAR, para atendimento aos Municípios no Programa Saneamento Rural.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Teruo Kato, Jonas Guimarães, Edson Strapasson, Felipe Lucas e Dobrandino da Silva.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 03

Acrescenta o inciso XII ao artigo 4° do Projeto de Lei n° 515/09, de autoria do Poder Executivo, renumerando os incisos posteriores, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4° (...)

XII - Definir a política de compensação financeira e royalties pela utilização do excedente de recursos hídricos de um Município que seja utilizado por outro e incentivos financeiros para os Municípios autossuficientes ou que em virtude dessa autossuficiência tenham custo reduzido na captação, utilização e distribuição desses recursos hídricos.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Neivo Beraldin, Francisco Bühner, Luiz Accorsi, Chico Noroeste e uma ilegível.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 04

Acrescenta o inciso XI ao artigo do Projeto de Lei n° 515/09, de autoria do Poder Executivo, renumerando os incisos posteriores, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4° (...)

XI - Definir critérios para a remuneração aos pequenos proprietários rurais que preservem as nascentes e mananciais localizados em suas propriedades em prejuízo de maiores lucros na sua produção.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Reni Pereira, Teruo Kato, Pastor Edson Praczyk e Chico Noroeste.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA  
DE PLENÁRIO N° 05

A presente emenda modificativa e aditiva ao Projeto de Lei n° 515/08, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 040/08, tem por objetivo alterar a redação do parágrafo único, do artigo 3° e também a redação do artigo 39, ao qual acrescenta um parágrafo único da presente proposição, conforme a seguinte redação:

“Art. 3° ...

Parágrafo Único. Constitui, também, finalidade do Instituto Paranaense de Águas o exercício temporário, pelo prazo máximo de até 02 (dois) anos, das funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos.

...

Art. 39. O Instituto Paranaense de Águas desempenhará, temporariamente, pelo prazo máximo de até 02 (dois) anos, as funções de regulação e fiscalização dos serviços de água e esgotos...

Parágrafo Único. Vendido o prazo de até 02 (dois) anos, para o exercício das funções de regulação de serviços públicos de saneamento, o Executivo Estadual deverá criar outra autarquia, com estrutura organizacional específica e com quadros técnicos especializados.”

Sala das Sessões, em 06/06/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ, ADEMAR TRAIANO E VALDIR ROSSONI.

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de que se deverá criar outra autarquia, com estrutura organizacional específica e com quadros técnicos especializados, para que os respectivos encargos venham a ser exercidos de modo mais preciso e competente, com destaque para sua autonomia decisória, estabilidade de cargos de direção e requisito de aprovação prévia, pelo Legislativo Estadual, dos profissionais indicados como Diretores.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 06

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 515/08, de autonomia do Poder Executivo, conforme Mensagem n° 040/08, tem por objetivo acrescentar na redação proposta através do artigo 25 da proposição para inserir no artigo 33 da Lei n° 12726/99, um novo parágrafo com a seguinte redação, renumerando o parágrafo único como parágrafo 1°:

“Art. 33...

§ 1° ...

§ 2° Em regiões hidrográficas com maior complexidade de problemas e maior densidade de conflitos entre usos de recursos hídricos, os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas e Associações Cíveis de Usuários de Recursos Hídricos, mencionados respectivamente nos artigos 35 e 36 dessa lei, que alteram a redação dos artigos 44 e 45 da Lei Estadual n° 12726/99, poderão ser qualificados para o exercício de funções inerentes à agências de bacias hidrográficas, segundo regras e condicionantes a serem regulamentadas pelo Executivo Estadual, em conformidade com os conceitos e dispositivos fixados pela Lei Federal n° 10881/04, que os identifica como entidades delegatárias, qualificáveis para celebrar contratos de gestão ou termos de parceria com o Instituto Paranaense de Águas - IPÁGUAS.”

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ, DOUGLAS FABRÍCIO E ANTONIO BELINATI.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda justifica-se pela necessidade de se adequar a proposta estadual ao ordenamento jurídico nacional que disciplina esta matéria.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação das emendas.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras e identificação de usuário em estabelecimento de acesso público a internet. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário nº 01, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 053/09**

Acrescenta o inciso V, ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

V - autorização formal de pais ou responsáveis de menores de dezoito anos.”

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Teruo Kato, Felipe Lucas e Mauro Moraes.

**JUSTIFICATIVA:**

Não é raro que os crimes cometidos pela internet sejam praticados por jovens de dezoito anos, vez que tal geração já faz uso de tal tecnologia desde a infância.

Como o objetivo do projeto de lei em tela é criar um controle da utilização da internet em locais públicos, estabelecendo critérios mais rigorosos de acesso, ampliando a possibilidade de investigar e punir crimes praticados por esse meio, faz-se necessário que tal limitação conte com a participação efetiva dos pais e responsáveis por menores que possam estar praticando ou venham a praticar a citada modalidade de crime.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná a Banda de Música da Polícia Militar do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - ACICA, com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 089/08, de 05/08/08, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 334/08**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição.”

Dentro deste paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais, constitucionais e infraconstitucionais. Vale ressaltar que existem leis semelhantes e citamos como exemplo a Lei nº 8408 de 27/11/07 do Estado da Paraíba, que autorizou a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobres, nos ferros-velhos do Estado.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através de substitutivo geral anexo, apresentado pelo autor.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 334/08**

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II, e com objetivo de facilitar o entendimento do funcionamento dos cadastros de que trata

o Projeto de Lei nº 334/08, alterar as penalidades em caso de seu descumprimento, prever a possibilidade de sua regulamentação pelo Poder Executivo e se adequar a Lei Complementar nº 095/98, fica alterada a sua redação, que passa a contar com o seguinte teor:

Art. 1º Todos os estabelecimentos comerciais, depósitos e outros estabelecimentos que comercializam materiais usados, tais como fios e cabos elétricos, carcaças de hidrômetros, bronze, alumínio, latão, cobre, ferro, ferro fundido e outros, deverão identificar os fornecedores (vendedores) e os compradores de tais materiais.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos descritos no artigo 1º desta lei deverão manter, pelo prazo mínimo de cinco anos, um sistema de controle onde deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do vendedor e/ou do comprador;

II - endereço do vendedor e/ou do comprador (rua, Cidade, telefone, CEP);

III - identidade, CPF ou CDC e inscrição estadual em caso de estabelecimento comercial ou cooperativa;

IV - quantificação, tipo e origem ou destino do material.

Art. 2º As informações geradas pelo artigo 1º deverão ser encaminhadas mensalmente à Secretaria de Estado de Segurança Pública ou outro órgão competente.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que comercializam os materiais previstos no artigo 1º desta lei deverão manter um sistema de controle do qual deve constar a data de compra e de venda, o tipo de material, a quantidade total (em quilos, unidades, etc.), e a procedência/destino.

Art. 3º O não cumprimento do previsto no artigo 1º pelo estabelecimento comercial implicará nas seguintes penalidades:

I - apreensão de todo o material estocado previsto no *caput* do artigo 1º e multa de 10.000 (dez mil) UFIRS.

II - em caso de reincidência, o cancelamento da inscrição estadual.

Art. 4º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 14647, de 23/02/05.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Caíto Quintana.

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 334/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto tem por objetivo criar um cadastro de compra e venda de cabos de cobre do Estado do Paraná.

Pois bem, a proposição já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável, o que atesta sua legalidade e constitucionalidade. Esta Comissão de Indústria e Comércio, consoante o artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno tem como finalidade analisar o projeto em seu viés econômico, do ponto de vista da indústria ou no caso específico que se estuda, analisar o impacto ao comércio paranaense.

O citado projeto não encontra óbice nessa comissão temática, ante a constatação de que se tende a trazer maior segurança para os próprios comerciantes do ramo com a implantação da proposta.

Ademais, na medida em que se monta cadastro pormenorizado cresce o controle por parte das autoridades constituídas, prestigiando as empresas que tratam tão importante ramo da economia de modo responsável e honesto.

Concluindo, em se verificando que apenas benefícios tendem a ser trazidos, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 01/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação. **Aprovado!**

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Para consultar V. Exa. que o Projeto nº 334/08 teve um substitutivo na CCJ, que na verdade está ampliando um projeto já existente do Deputado Duílio Genari.

Consulto V. Exa. se não teríamos que votar o substitutivo geral da CCJ.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O substitutivo será discutido em 2ª discussão na Sessão de amanhã. Hoje vamos apenas a constitucionalidade.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a forma de inscrição no cadastro de produtores rurais (CAD/PRO). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CF. (Publ. no DA nº 004/09, de 09/02/09, em Projetos de Lei).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/09

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O Projeto de Lei em análise tem como escopo a definição da forma pela qual deve ser feita a inscrição no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO)

##### Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, o ilibado caráter constitucional da presente proposição, na medida em que, tanto o aspecto da competência legislativa estadual, quanto a feição da iniciativa parlamentar para tal, são aferidas no projeto que se apresenta.

Nesse diapasão, assevere-se a competência legislativa do Estado, ainda que concorrente com a União e Municípios, para legislar sobre matérias que regem a ordem tributária, conforme o seguinte mandamento constitucional:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifo nosso)*

Desse modo, tendo em vista que o projeto em tela tem como escopo a definição em lei tão-somente uma forma de fiscalização da tributação do ICMS gerado pelos produtores rurais, nada mais ocorre senão uma legítima fixação de obrigação acessória, nos moldes do que dispõe o Código Tributário Nacional:

*Art. 113. A obrigação tributária ou acessória.*

*§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela concorrente.*

*§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.*

*§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade penuniária.*

Vale ressaltar que a norma insculpida no projeto de lei em análise tem caráter eminentemente impositivo, fixando a forma pela qual a inscrição no CAD/PRO deve ser efetuada, devendo o Regulamento do ICMS - Decreto nº 1980/07 - adequar-se a tal imposição legal.

Observe-se, ainda, que o conteúdo do projeto contempla a autonomia municipal, visto que impõe que a inscrição deve ser unificada e centralizada na pessoa do produtor para cada Município, sendo que cada inscrição municipal deve ser necessariamente diversa e independente.

Ainda, cabe ressaltar a perfeita iniciativa parlamentar sobre a matéria em tela, na medida em que se enquadra nas cláusulas condensadas no artigo 53, da Constituição Estadual, bem como não se trata de usurpação da iniciativa privativa do Governador do Estado, preceito insculpido no artigo 66, da referida Carta Constitucional.

No que toca ao impacto econômico-financeiro, resta claro o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/00, visto que não gera gastos desabonadores aos cofres públicos estaduais.

Ainda, consigne-se o perfeito atendimento à LC nº 095/98, estando o projeto em total conformidade com a boa técnica legislativa.

#### **Conclusão**

Diante dos motivos acima aludidos, que nos fazem concluir pela absoluta constitucionalidade e irrestrita

legalidade do projeto de lei em tela, somos pela sua aprovação, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **COMISSÃO DE AGRICULTURA PROJETO DE LEI Nº 019/09**

#### **P A R E C E R :**

O projeto estudado tem por escopo dispor sobre a forma de inscrição no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO), fazendo com que, em linhas gerais, tal inscrição se dê na pessoa do produtor rural, independentemente de quantas propriedades possuir, devendo ser única para cada Município.

O projeto já foi aprovado em sede de Comissão de Constituição e Justiça, como também na da Finanças, vindo para parecer na presente Comissão Temática.

A Comissão de Agricultura tem por atividade analisar os projetos de lei, conforme o artigo 33 do Regimento Interno, na forma que segue:

*Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:*

*§ 6º À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades; sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.*

Pois bem, partindo dessa premissa, o projeto não encontra óbice neste passo. Até porque a proposta tende a facilitar a simplificar a atividade do produtor rural, respeitando as obrigações tributárias acessórias. Diga-se, nesse momento, que quanto mais simplificado e simples for o trâmite formal, melhorada fica a situação do produtor, que poderá enfim, ocupar seu tempo e investimento na atividade fim desenvolvida, otimizando por decorrência a qualidade em sentido amplo do produto ou serviço prestado.

Por ser assim, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 019/09**

#### **P A R E C E R :**

O nobre Deputado Elio Rusch foi feliz ao apresentar o presente projeto. Muito louvável a iniciativa do ilustre Deputado Elio Rusch que regulamenta a forma de

inscrição no Cadastro de Produtores Rurais, não causando nenhum impacto financeiro aos cofres públicos do Estado.

O nobre Deputado Elio Rusch mostra mais uma vez, com a apresentação do projeto em pauta, seu respeito e solidariedade aos muitos milhares de paranaenses que fazem parte da classe dos produtores rurais, que tanto movimentam nosso estado.

Parabéns por tão meritória iniciativa e meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem ao Deputado Elio Rusch, que honra e dignifica seu mandato Parlamentar.

Sala das Sessões, em 24/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

### **Em discussão. Em votação.**

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Questão de Ordem)**

Na verdade, existe no Brasil inteiro a obrigatoriedade do agricultor oferecer a nota do produtor rural, e desde o ano passado foi instituído o CAD/PRO no Estado do Paraná, para que o agricultor que vende o seu produto, além dele ter a sua inscrição com o CPF, ele tem que ter o Cadastro de Produtor Rural registrado junto à Secretaria da Fazenda.

Concordamos que nada mais justo do que essa inscrição do CAD/PRO. Mas este ano, a partir de janeiro, o Governo do Estado do Paraná adotou uma outra sistemática, que o CAD/PRO não seria mais para o proprietário, mas sim, por propriedade.

Se um cidadão, exemplo, o Antonio Anibelli tivesse cinco, seis propriedades rurais num mesmo Município, ele deveria ter diversas inscrições no CAD/PRO. Deveria tirar uma nota fiscal de cada propriedade rural com o CAD/PRO; caso contrário, sua propriedade não estaria atendendo os interesses sociais e poderia ser passível até de desapropriação.

O que fizemos no início do ano? Alertamos que existia um erro, que não seria concebível que um agricultor no Estado do Paraná, que tivesse diversas propriedades rurais ligadas numa fazenda só, que ele dizia que quando ele colhesse o seu produto, ou vendesse uma cabeça de gado, ele deveria tirar diversas notas de produtor rural da mesma propriedade. E dizíamos que iríamos apresentar um projeto para derrubar o decreto do Governador, para que o CAD/PRO fosse para o proprietário e não por propriedade, desde que as propriedades estivessem no mesmo Município. O Governo do Estado, quando apresentamos esse projeto, no dia 11 de fevereiro desse ano, após termos apresentado esse projeto, ele mesmo, através do Decreto nº 4250, revogou esse dispositivo, que diz o seguinte: *Alteração 195 - Ficam acrescentados parágrafos 4º e 5º no artigo 128.*

*Parágrafo 4º. Os contribuintes inscritos no CAD/PRO poderão centralizar os cadastros de suas propriedades rurais situadas em um mesmo Município, numa única inscrição denominada centralizadora, conforme definido pela norma de procedimento fiscal.*

*Parágrafo 5º O disposto no parágrafo 4º não se aplica nas propriedades rurais em que o titular e os associados à produção não seja a mesma pessoa.*

Nada mais justo que o próprio Governo tenha reconhecido que houve um excesso de zelo, houve um atropelo e que isso vinha em prejuízo à nossa agricultura e aos nossos agricultores, e ele revogou.

Por essa razão, retiro o meu projeto que está na Ordem do Dia.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero cumprimentá-lo, Deputado, até porque me recordo de quando V. Exa. fez esse pronunciamento aqui na tribuna e em boa hora há essa remendo. Portanto, conserta-se aqui na tribuna e em boa hora há esse remédio. Portanto, conserta-se aquilo que realmente estava errado. Meus cumprimentos e está retirado o projeto de autoria do Deputado Elio Rusch, que estaria em 1ª discussão.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2825, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 019/09.

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/09, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, que institui a Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E CS. **(Publ. no DA nº 028/09, de 01/04/09, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/09**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, tem por objetivo instituir a Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à ementa.

Sala das Sessões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE  
PROJETO DE LEI Nº 127/09

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, institui a Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois visa divulgar, prevenir, esclarecer e conscientizar as pessoas a respeito da AIDS e das DSTs, e a combater a discriminação aos portadores de HIV, iniciativa que trará benefícios inegáveis a toda a sociedade paranaense.

**Conclusão**

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Saúde, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TERUO KATO - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí, com sede no Município de Corumbataí do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 237/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria o Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul, com sede e foro no Município de Corumbataí do Sul.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social da Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul é a Comarca de Barbosa Ferraz, no

Estado do Paraná, e a referida Associação também é designada pela sigla ACOSUL, consoante o parágrafo único do artigo 1º do Estatuto Social, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Ainda, tendo em vista a exclusão da parte da redação do artigo 2º do presente projeto de lei, por redundância, sugere-se a emenda supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma das emendas em anexo.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 237/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí do Sul - ACOSUL, com sede e foro no Município de Corumbataí do Sul e foro na Comarca de Barbosa Ferraz.”

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA  
PROJETO DE LEI Nº 237/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação.”

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública o Instituto de Apoio e Desenvolvimento Ambiental e Saúde - IADAS, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 265/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Apoio e Desenvolvimento Ambiental e Saúde - IADAS, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Sessões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/09, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/09, de 02/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 268/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Poder Executivo, através da Mensagem nº 033/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do Seguro Rural, visando o estabelecimento de formas de apoio à agricultura e agroindústria.

**Fundamentação**

Cumpre-nos analisar a competência para propor o presente projeto. Podemos constatar que a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, V, ser matéria de legislação concorrente aquelas que versam sobre a produção e o consumo:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

No sentido da implementação de políticas agrícolas, o artigo 187 da Constituição Federal:

*Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:*

*V - o seguro agrícola;*

A Constituição Estadual, no inciso IV, 'b' do artigo 154, prevê o seguro agrícola como um dos instrumentos da política agrícola. Não obstante isto, a competência do Estado para dispor sobre o assunto é bastante limitada, em face do inciso VII do artigo 22 da Constituição Federal, o qual se refere entre as atribuições privativas da União legislar sobre seguros. Dessa forma, a atuação do Estado deve ser entendida como de natureza administrativa, vale dizer, de implementação das regras no plano federal.

*Art. 154. A política estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:*

*IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio;*

*b) a sistemas de seguro agrícola;*

Ainda que se possa entender não ser matéria relativa à produção, podemos constatar que o Seguro Rural destina-se a garantir ao agricultor os recursos necessários para manutenção de sua atividade, especialmente diante de calamidades que dificultam ou inviabilizam a continuidade da produção agrícola.

Já sobre a iniciativa legislativa, destacamos o que dispõe o artigo 65 da Constituição Estadual:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

O Seguro Rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos.

Contudo, é mais abrangente, cobrindo não só a atividade agrícola, mas também a atividade pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses produtos, além do seguro de vida dos produtores.

O objetivo maior do Seguro Rural é oferecer coberturas que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor e à sua produção, à sua família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro.

Em nível federal, a Lei nº 10823/03 estabelece a forma como será feita a subvenção econômica para pagamento do seguro rural junto ao Ministério da Agricultura.



O objetivo do Programa de Subvenção Econômica é promover um significativo aumento das atividades de agricultura e o incremento da competitividade da economia do País.

A nova modalidade de apoio financeiro permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente na agricultura, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.

Alguns Estados Membros que já possuem regulamentação sobre a matéria têm constatado aumento na contratação deste tipo de seguro. O projeto de subvenção ao prêmio do Seguro Rural no Estado de São Paulo, criado pioneiramente em 2004, bateu recordes de pagamentos e participações de produtores rurais paulistas. No ciclo agrícola de julho de 2007 a julho de 2008 foram 2717 subvenções pagas totalizando R\$ 2,63 milhões. Com ampliações dos beneficiários participantes e agilidade no processo de recebimento de 50% do prêmio pago direto ao produtor, o segundo semestre de 2008 totalizou 5.013 subvenções com valor de R\$ 7 milhões pagos ao agricultor. Outras 2 mil solicitações com recursos de até R\$ 2,8 milhões ainda estão em análise, devendo reforçar ainda mais os números de participantes do projeto.

No que diz respeito à receita necessária para aplicação do projeto em análise, podemos constatar que o artigo 7º determinou que será utilizado os recursos já destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, o que não acarretará aumento de despesa para o exercício financeiro corrente.

Ainda, no que tange à Lei Complementar nº 095/98, não encontramos óbice à tramitação do presente projeto de lei.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 268/09

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 268/09, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do Seguro Rural, na forma estabelecida em ato específico.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a medida beneficia sobremaneira os produtores rurais, protegendo-os especialmente contra perdas decorrentes de intempéries, e promovendo incremento das atividades agrícolas e competitividade da economia seja local, estadual e nacional.

Os recursos para a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, para os exercícios de 2009 e 2010 serão provenientes de recursos financeiros já existentes no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, ficando os dispêndios para os exercícios futuros condicionados à decisão governamental e à disponibilidade orçamentária e financeira do citado Fundo, conforme dispõe o artigo 7º da Proposição.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2009. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2009, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Reni Pereira, Edson Strapasson e Dobrandino da Silva.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
16ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
PROPOSIÇÃO Nº 041/09

#### **P A R E C E R :**

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas da verba para atender despesas de ressarcimento dos Srs. Deputados, relativas ao mês de maio de 2009, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Examinado o relatório da Proposição nº 041/09, constatamos que o todo encontra-se correto, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto as contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer - favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator

### ***Discussão Única (Proposição)***

#### **ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/09, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de serviços distritais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC Nº 024/09

Curitiba, 17/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 042/09, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 687/07, por considerar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo extinguir os serviços distritais que enumera, à medida que vagarem, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 3º

Importante dizer que o projeto de lei ora em análise sofreu alterações através de emendas pelos ilustres membros da Assembleia Legislativa.

Entretanto, pode-se perceber, que há vício de iniciativa com a inclusão do artigo 3º no projeto, pois a regulamentação de cargos, escritanias, ofícios e de titularidades previstas na Lei nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, é matéria afeta ao Poder Judiciário, em face do contido no artigo 96 da Constituição Estadual, que dispõe:

*Lei de Organização Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura...*

A alteração constante do artigo 3º atinge a transformação prevista por toda a Lei nº 16023/08 e compromete o interesse público na estatização determinada pelo artigo 31 da ADCT/CF.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

**(O Projeto de Lei nº 687/07 encontra-se publicado no DA nº 027/09, de 31/03/09, em Redação Final)**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 032/09**

**P A R E C E R :**

#### **1 - Do Projeto**

O presente Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por escopo alterar dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de serviços distritais foi parcialmente vetado pelo Governador do Estado do Paraná, por considerar a parte vetada inconstitucional.

#### **2 - Previsão Legal**

Compete privativamente ao Governador, vetar projeto de lei, em todo ou em parte no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento.

A Constituição Estadual no artigo 87, inciso VII c/c 71, parágrafo 1º, assevera que:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:*  
(...)

*VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;*

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.*

Encaminhado ao Governador do Estado, sendo o projeto lei vetado dentro do prazo constitucional.

Diante do exposto, a proposição de veto nº 032/09, deverá ser apreciado em sessão única, conforme assegura o artigo 71, parágrafo 4º, da Constituição Estadual.

Assim, o presente veto deverá ser encaminhado ao plenário para votação, vez que, foi apostado dentro do prazo legal.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, quero encaminhar no sentido de poder fazer a derrubada do veto, porque as emendas que foram apresentadas, uma foi por mim, para corrigir um erro material de uma emenda já aprovada no ano passado, porque saiu errado o número do artigo que consta no parágrafo único. E aí conversamos com o Tribunal de Justiça e a única forma foi de, nesse projeto de lei que veio do Tribunal, fazer a correção para corrigir o erro material. E a segunda, na verdade, é o direito dos concursos públicos que já foram abertos anteriormente à edição da lei, ou seja,

corrige o artigo 21 da Lei nº 16023, que já exatamente isso tem disposto, apenas corrigindo um erro material. E no outro, é uma emenda apresentada pelo Deputado Caíto, em que fica alterada a inicial do cargo de eletrotécnico. Ou seja, também é uma correção, que foi feita a pedido do Tribunal de Justiça.

O Chefe do Poder Executivo, o Governador, entendeu que havia inconstitucionalidade por ter sido acrescentado ao projeto do Tribunal de Justiça. Como essas emendas foram apresentadas em comum acordo e não há efetivamente nenhum acréscimo que possa gerar despesa, ou qualquer outra questão, mas são, única e exclusivamente, questões formais e feitas em comum acordo com o Tribunal de Justiça, encaminho pela derrubada do veto, que foi apostado pelo Sr. Governador.

Era isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana e, posteriormente, o Deputado Elio Rusch.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para reforçar as colocações do Deputado Romanelli, porque, na verdade, o básico do veto que teríamos que nos deter sobre ele... porque duas razões de veto são correções formais, e uma delas é importante, porque a legislação estabelece que quando um cartório está vago, ele necessariamente tem que ser declarado vago e ir para o critério de concurso de remoção, ou de concurso público. Acontece que quando dessa lei, existem cartórios que já estão com os concursos abertos, e esses que já estão com o concurso aberto e que o concurso ainda não foi realizado, seriam prejudicados.

Então, o Deputado Romanelli, em entendimento com o Tribunal de Justiça, suprimiu, garantindo a esses concursos abertos a sua manutenção. Acho que é perfeitamente válida a derrubada do veto.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero compreender um pouco melhor esse projeto. O Deputado Romanelli falou em pequenos acertos materiais. Eu só não estou compreendendo o seguinte: o projeto foi aprovado, o Governador diz que é inconstitucional, vetou por não ser constitucional. O Governador, Chefe do Poder Executivo, diz que é inconstitucional o projeto, e veta. Aí vem para esta Casa, e agora vamos derrubar o veto na questão da constitucionalidade, porque o Tribunal entende que houve um erro.

Sinceramente, Sr. Presidente, fiquei aqui preocupado com isso. O Tribunal, que cobra tanto a questão da legalidade, faz um acordo com o Deputado Romanelli. Pelo que ele disse aqui na tribuna, no acordo feito entre o Deputado Romanelli e o Tribunal de Justiça do Paraná, há alguns erros que precisam ser sanados. Mas como o Governador veta, diz que é inconstitucional, e o Tribunal vem e diz que não é mais inconstitucional?

Então, Sr. Presidente, cria uma dúvida muito preocupante na gente. V. Exa. fez um acordo com o Tribunal de Justiça, para corrigir erros. Quem é que está errado? O Governador não leu o que fez? Eu, sinceramente, não entendo. O Governador veta algo que é do Poder Judiciário deste Estado, veta uma lei, diz que é inconstitucional, aí o Tribunal faz um acordo com o Deputado Romanelli e nós vamos aqui mudar tudo agora, e vamos derrubar o veto do Governador, com a Bancada do Governo votando a favor, e o Governador diz que é inconstitucional. E o Tribunal faz um acordo com o Deputado Romanelli. Eu não entendi mais nada.

Sinceramente, Sr. Presidente, ficamos perdidos aqui numa situação dessa. O projeto é aprovado, vai ao Governador, o Governador lá, com todo aquele assessoramento que tem, diz que é inconstitucional, Pastor Edson; aí vem para cá o seu líder, faz um acordo com o Tribunal de Justiça do Paraná, e vai mexer com cartório. E agora nós vamos dizer aqui: vamos derrubar o veto, porque o Deputado Romanelli fez um acordo com o Tribunal de Justiça. Pode esses acordos? Isso pode acontecer?

Estou chamando a atenção, Sr. Presidente, porque acho que temos que discutir os projetos aqui, e fica a dúvida, porque tem muita coisa acontecendo por aí. E se o Governador vetou, então ele tem que aprender a ler melhor as coisas que faz. Está na hora de começar ler melhor as coisas lá, ou mandar alguém ler, ou pegar um daqueles advogados que ganham bem lá, ou a sua Procuradoria, que leia melhor as coisas. Aí o negócio vem para cá agora, nós vamos ter que votar correndo, com uma explicativa do Deputado Romanelli que é um acordo para consertar.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu fiquei em dúvida. Imagina quem está acompanhando em casa. E agora? Vamos no acordo do Romanelli? E esse acordo, eu só quero saber o seguinte, Sr. Presidente: esse acordo é constitucional?

Era isso, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou passar a palavra ao Deputado Tadeu Veneri. E acho que cabe uma explicação, principalmente porque a Sessão é transmitida pela televisão, temos que tomar um cuidado muito grande ao estabelecermos aqui algumas questões. Não houve nenhum acordo entre o Líder do Governo e o Tribunal de Justiça. Não ficaria nem bem ficarmos aqui levando as coisas para esse caminho. Temos que tomar muito cuidado com essas expressões.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Chama a minha atenção que a alegação do Governador Roberto Requião é que a alteração constante do artigo 3º atinge a transformação prevista por toda a Lei nº 16023, de 2008, e compromete interesse público na estatização determinada pelo artigo 31 da Constituição Federal.

Nesse sentido vou votar pela manutenção do veto. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tenho direito ao contraditório. Respeito à inteligência dos Srs. Parlamentares, mas vou explicar de novo. Por que estamos falando do artigo 3º? Quero dizer que, nem eu, nem o Tribunal de Justiça, fizemos qualquer tipo de acordo. Inclusive com a instituição que o Deputado Jocelito quis fazer aqui e, muito menos, Deputado Tadeu Veneri, em relação ao que V. Exa. disse, pelo seguinte: V. Exa. votou no dia 19/12/08, o Governador Roberto Requião sancionou a Lei nº 16023. E nessa lei já constava esse parágrafo único, que estabelecia que os que haviam sido concursados anteriormente à edição da Lei nº 14277, de 2003, tinham o direito de ingresso. O que houve? Houve um erro material ao citar o artigo e incisos do artigo 199, e o artigo 123. O que se fez aqui? Num projeto do Tribunal de justiça, fez uma emenda corrigindo o erro material, isso em comum acordo, do ponto de vista da legalidade, com o Tribunal de Justiça. Nós já votamos o mérito desse tema aqui.

E mais, no artigo 4º, o que aconteceu? O Deputado Caíto Quintana, também a pedido do Tribunal de Justiça, faz uma alteração: *Fica alterada a inicial do cargo de eletrotécnico, mostrando a tabela grupo intermediário do Anexo II da Lei nº 15951, do dia 24/09/08, passando de CI para BI.* O que é isso? É aquele plano que votamos aqui, de adequação da estrutura do Poder Judiciário. É só isso, nada mais do que isso!

Temos que reconhecer que, no âmbito do Poder Executivo, muitas vezes, há por parte do Governador Roberto Requião, e ele tem esse respeito tanto nos projetos do Legislativo quanto do Judiciário, de reconhecer que eles não devem ser alterados. É uma tese daqueles que entendem que o projeto pode ser alterado aqui quando não envolve despesa.

Quando envolve despesa, claro que não pode ser alterado. Quando não envolve despesa, pode ser alterado, que é o caso específico aqui. São correntes de pensamento em relação a esse tema.

Agora, indiscutivelmente, o veto pode ser derrubado sem nenhum problema, porque não há nenhuma irregularidade em relação a esse tema.

Quero orientar nossa bancada no sentido de poder fazer com que o veto seja derrubado para poder prevalecer o bom senso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, peço a V. Exa., ouvindo vários Deputados, que seria de bom alvitre para que possamos votar sabendo o que votaremos, que seja retirado por cinco, 10 Sessões, até que seja esclarecida a dúvida. Peço que V. Exa. submeta à votação o meu requerimento, que não está escrito mas é verbal, até pelo sistema eletrônico da votação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, a Bancada do PDT concorda integralmente com a solicitação e a sugestão do Deputado Antonio Anibelli.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, a Bancada do PPS também concorda pela retirada do projeto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, estou sem o meu Regimento Interno aqui, mas pelo que eu sei não pode tirar proposição de veto da pauta. Eu vou me socorrer do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro. Não, não pode realmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Aqui não pode pairar dúvida. Eu penso o seguinte: se não há convencimento da minha própria bancada, quero pedir para V. Exa. retirar o veto. Eu não tenho aqui nenhum tema que me envolva, do ponto de vista pessoal, absolutamente. Estou aqui, na verdade, sinceramente, fazendo um favor às pessoas que me pediram isso. Desculpem, se há essa discussão aqui, é porque há pessoas que, lamentavelmente, sempre se movem, se motivam por razões pessoais. Não é o meu caso.

Por mim, Sr. Presidente pode retirar o veto, aqui, porque não tenho nenhum interesse pessoal nisso. Desculpe, mas é só para deixar claro. Por mim, Sr. Presidente, pode retirar o veto. Não há nenhuma dificuldade aqui. Inclusive, para encaminhar para derrubar um veto, sinto-me até constrangido, mas fiz isso porque sei que está aqui, é a favor do interesse público, mas efetivamente aqui cada um é livre e vota como quer. Se a minha bancada, se o meu companheiro Deputado Anibelli vem à tribuna e pede para retirar, Sr. Presidente, quero endossar aqui o pedido do Deputado Antonio Anibelli, porque se ele não está convencido, certamente encaminhei muito mal esse tema, e ele merece ser melhor esclarecido, porque penso que com ele sempre manteve um relacionamento de absoluto respeito de convencimento. Se ele não conseguiu entender isso, imagina os meus outros companheiros.

Então, quero pedir a V. Exa. que retire o veto do processo de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Em primeiro lugar, jamais levantaria dúvidas sobre interesse pessoal. Aqui representamos a população do Paraná. Jamais pairaria sobre minha cabeça, ou a minha burrice, ou a minha inteligência, que alguém vota com interesse pessoal. Segundo, de acordo com o Deputado Nereu Moura, não se retira, de acordo com o Regimento Interno; se retira, sim, porque já retiramos vários projetos. Depende do acordo de lideranças e parece que é o que existe aqui.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, apenas quero que se cumpra o Regimento e votemos. Eu vou votar, com muito prazer, pela derrubada do veto.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Primeiro, Sr. Presidente, quem fez toda confusão foi o eminente Líder do Governo. Foi o Deputado Romanelli que fez toda confusão quando falou que tinha feito acordo, não fui eu. Segundo, Sr. Presidente, ele não pode querer dizer que o Deputado Anibelli não entendeu, porque o Governador, que é o Governador do Estado, também fez assim, tanto é que vetou. Se o Governador, que tem que sancionar a lei, não quis sancionar e vetou, como é que o senhor vai dar bronca no Deputado Anibelli, dizendo que ele não pode, se o Governador fez isso? O próprio Governador fez isso!

Há uma dúvida, Sr. Presidente? Tem que tirar a dúvida. Como é que vão votar? Se V. Exa. votar, eu vou me abster. Não estou em condições de votar essa matéria. É uma matéria duvidosa. Agora, aqui entre nós, Deputado Romanelli, aqui nunca se votou nada pessoal, nunca, nunca. Para ficar bem claro: nunca votou.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, estamos sentindo que existem dúvidas, realmente, entre os Parlamentares. Temos um Regimento Interno, mas quando há um acordo de lideranças, ouvimos o Líder do Governo se manifestando favorável para que sejam esclarecidas possíveis dúvidas. O PPS, PDT, o próprio Líder do PMDB tem se manifestado, também somos favoráveis para que se retire por cinco Sessões esse veto e para que os Deputados que tenham dúvidas, que essas dúvidas possam ser esclarecidas e voltamos a esse tema. Não estamos tirando ninguém da força, é uma questão muito técnica, material, como disse o Deputado Romanelli. Vamos adiar por cinco Sessões e semana que vem vamos voltar com esse projeto para a sua discussão e para a sua votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas porque houve uma discussão acalorada e eu não sei se todos tiveram a oportunidade de, no fundo, saber o que estão discutindo. Acho que é prudente, por parte das Lideranças, que se for aquiescência, da Mesa, que se retire. O que não pode transparecer é que queira se manter, ou derrubar um veto, sem que haja uma justificativa. Mas, como estamos na Assembleia Legislativa, transmitindo para pessoas que ouvem em casa o que existe, que se pense quando se fala em cartório, que aqui beneficia qualquer cartório, novo ou grande.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada. Absolutamente nada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

A lei determina que quando um cartório vagar é declarado extinto. Então, não tem mais, principalmente os distritais, os pequeninos. O que a emenda diz:

**(Lê emenda)**

Isso já é lei. Então, o que está se fazendo é proteger. Onde houve já abertura de concurso, seja respeitada essa determinação, nada mais do que isso. Portanto, acho que é válido V. Exa. explicar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Caíto, entendo V. Exa., entendi a sua defesa. Conturbou-se uma discussão por uma coisa diminuta.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Os cartórios que vão ser extintos por serem pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está se dando importância demais para algo que não é tão importante assim. Está se tentando corrigir algumas coisas que podem ser corrigidas. Concordo com a colocação do Deputado Elio Rusch, com a colocação do Líder da Oposição, para que V. Exas. expliquem - se é que é necessário; pelo jeito é - para que os Deputados possam entender realmente aquilo que estão votando. Não tenho direito a voto, mas tenho direito à voz. Não está se fazendo nada espúrio e muito menos algum tipo de acordo, por favor, vamos deixar isso muito claro aqui.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Regimento Interno não faz nenhuma alusão a qualquer acordo de lideranças. O Regimento Interno, no artigo 213, no capítulo V, fala dos projetos vetados.

**(Lê artigos 213, parágrafo 1º, inciso I)**

De forma que o Regimento Interno fala que não pode retirar o projeto da pauta. Agora, é evidente, posso até compreender que V. Exa. queira uma saída que possa atender os amplos interesses desta Casa, todavia não estamos respeitando o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., que está coberto de razão. Estou apenas tentando, e tenho certeza que estou conseguindo deixar a imagem da Casa sem qualquer mácula com o Tribunal de Justiça, ou com aqueles que estão nos assistindo, que possam entender que houve algum tipo de acordo coisa parecida. Realmente o projeto está em condições de ser votado.

Muitos dos Srs. Parlamentares não estão em condições de votar, porque não entenderam aquilo que foi defendido. Sinto-me no dever de retirar, atendendo ao

pedido da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição, em que pese esteja contrariando, sim, o Regimento Interno da Casa, o que é uma pena. mas para manter o equilíbrio, retiro por cinco Sessões o projeto e dou razão ao Deputado Nereu Moura. Eu, como disse, não tenho direito a voto, mas tenho direito a voz, parafraseando o nosso Ministro Mello.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Chamar a atenção desta Casa: a lei já existe. Quero ler, para que entendam.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, V. Exa. desta maneira não está contribuindo para o equilíbrio, que não está norteadando esta Sessão. Sei que V. Exa. está com a razão na defesa do veto, como estava o Deputado Caíto Quintana.

**Está retirado da Ordem do Dia, por cinco Sessões, o veto.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Com a permissão dos meus colegas, a Lei nº 16023, de 2008, diz o seguinte no seu parágrafo único: (Lê)

V. Exa. há de permitir que eu diga, que quando disse aqui que há um erro material, é porque quando o Tribunal enviou a mensagem, equivocadamente, alguém escreveu errado o número do artigo. Foi feita emenda para corrigir, única e exclusivamente isso. A lei já existe e já vigora, desta forma. É só isso. Só para deixar claro.

E o outro artigo, o artigo 4º, que foi a questão da Eletrotec (sic), foi incluída a pedido do Tribunal para corrigir o erro também que havia sido feito na lei. Só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está coberto de razão. Eu vou solicitar, Deputado Romanelli, que V. Exa. encaminhe, pela Liderança do Governo, por escrito, para cada Parlamentar, essa colocação de V. Exa. para que eles possam sentir-se à vontade para votar esta questão daqui a cinco Sessões.

Como eu disse, eu não tenho direito a voto. V. Exa. está coberto de razão. Se eu pudesse encaminhar, encaminharia favoravelmente à derrubada do veto.

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2815, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Elio Rusch, Douglas Fabrício e Plauto Miró, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2824, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Caíto Quintana e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, encaminhamos este voto de pesar em homenagem ao nosso Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, que está ausente, viajou imediatamente pelo falecimento do seu irmão, ex-Prefeito da Cidade de Jandaia do Sul, um homem que militou no PMDB durante sua existência, uma família tradicional.

Então, queremos homenagear o falecido na pessoa do nosso irmão, líder, que se ausentou, e V. Exa. sabe da tristeza que o Deputado Waldyr sente ao perder o seu irmão. Parece-me que é o irmão mais velho, oriundo dessa família maravilhosa, família Pugliesi, que tantos e relevantes serviços prestou ao Paraná, não só como Prefeito de Jandaia, como o Waldyr, Prefeito de Arapongas, hoje o Beto Pugliesi, sobrinho do falecido, Prefeito de Arapongas, também.

Então, a nossa homenagem, e justificando na ocasião a ausência do nosso líder, que se locomoveu logo que soube do falecimento, estando ausente desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Assembléia Legislativa associa-se ao voto de pesar apresentado pela Bancada do PMDB.

Requerimentos nºs 2795 e 2796, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2804, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2798, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2812, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2817, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2771 a 2779 e 2781 a 2793, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2794, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2799, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **à Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2800 a 2803 e 2805, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2807, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2813, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, recebemos uma correspondência, tanto eu quanto como o Deputado Ademir Bier, solicitando a denominação de um colégio no Município de Entre Rios do Oeste, e como esta correspondência foi subscrita pelos nove Vereadores, procurei na manhã de hoje o Deputado Ademir Bier, para que pudéssemos fazer o projeto em conjunto. Não encontrei-o, liguei inclusive no telefone que lhe pertencia, que está hoje na FERROESTE, falei com a senhora que atendeu, e o Deputado Ademir Bier estava na “escolinha” do Governo. Esta informação que tive, através do seu gabinete, e procurei agora para apresentarmos o projeto em conjunto. O Deputado Ademir Bier já apresentou. Ele concorda que sejamos coautores, desse projeto, em conjunto, que já foi colocado e já teve também a concordância do Plenário para que tramitasse.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, às 10h, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 164/08 e 058/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334/08; 127, 237, 265, 268/09 e do Projeto de Resolução nº 013/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 437/08; 069, 153 e 209/09.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

#### ***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 208/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 225/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 226/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 243/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 260/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 261/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

#### ***Tomada de Contas***

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA  
DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta reunião ordinária, com a presença dos senhores Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 041/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró, Relator da Proposição nº 041/09, que encaminha a prestação de contas do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2009, conforme Resolução nº 003/04, de

15/03/04. Após análise dos documentos anexados à proposição, o Sr. Relator constatou que o todo se encontra de acordo com a legislação em vigor, dando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes, uma vez que as contas estão dentro das normas, e atendem a regulamentação vigente. O Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

## Finanças

### COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 16:35 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori e Elton Welter. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Luiz Nishimori pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 295/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1.198/08, altera a Lei Complementar nº 85, de 27/12/99, visando instituir, no âmbito do Ministério Público do Paraná, o cargo de SUB-PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA para assuntos de planejamento institucional. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 16:35 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori e Elton Welter. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Luiz Nishimori pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir

passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. Relator Deputado RENI PEREIRA. Relatório concluído, porém não assinado em função da viagem do Relator. O Senhor Presidente determina a Secretaria da Comissão, que entre em contato com o Relator para assinar o parecer, ou devolver a proposição para nova redistribuição. 02) Projeto de Lei nº 325/08, - Autor Tribunal de Justiça - Ofício nº 540/08, que cria o Fundo de Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Relator Deputado ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 326/08 - Autor Tribunal de Justiça - Ofício nº 570/08, que altera a Lei Estadual nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 313/08, que estabelece as delimitações das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Entrância Final de Maringá. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 288/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 430/08, que cria e transforma cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário